



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO TIMOR-LESTE:
DA CHEFIA DA ALDEIA À PRESIDÊNCIA**

SUZETI ROSÁRIA GUTERRES FONSECA

JOÃO PESSOA

2018

SUZETI ROSÁRIA GUTERRES FONSECA

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO TIMOR-LESTE:
DA CHEFIA DA ALDEIA À PRESIDÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento à exigência para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira

**JOÃO PESSOA-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F676i Fonseca, Suzeti Rosária Guterres.
A inserção da mulher na política do Timor-Leste [manuscrito] : da chefia da aldeia à presidência / Suzeti Rosária Guterres Fonseca. - 2018.
53 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Sílvia Garcia Nogueira, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Gênero. 2. Timor Leste. 3. Relações Internacionais. 4. Empoderamento. 5. Feminismo.

21. ed. CDD 305.42

SUZETI ROSÁRIA GUTERRES FONSECA

A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO TIMOR-LESTE: DA CHEFIA DA ALDEIA À
PRESIDÊNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 15 / 06 / 2018.

Silvia Garcia Nogueira

Silvia Garcia Nogueira/UEPB
Orientador(a)

Rosemary Evaristo Barbosa

Rosemary Evaristo Barbosa/UEPB
Examinador(a)

Wemilly Lucena de Araújo

Wemilly Lucena de Araújo/UEPB
Examinador(a)

Dedico esse trabalho em especial a todas as mulheres timorenses que lutaram pela igualdade dos seus direitos e buscaram adquirir o papel decisório nas políticas adotadas por Timor-Leste.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível se não tivesse a colaboração de muitos que, durante a graduação no Campus V, da UEPB, em João Pessoa, contribuíram para a concretização de um sonho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, minha fonte de inspiração, um ponto fulcral de refúgio que sempre esteve presente na vida diária, me protegendo, tranquilizando quando sentia saudade de casa e de meus familiares, que havia deixado a quilômetros de distância para realizar meus sonhos em terras distantes e de culturas diversas.

Aos meus pais, Pedro Fonseca e Filomena Guterres, que ficaram em Timor-Leste, e em suas orações desejavam o melhor a mim que estava no Brasil. Amo vocês de coração. Obrigado por tudo que fazem por mim, que Deus abençoe vocês infinitamente. Aos meus irmãos, sobrinhas, cunhados, familiares que torceram por mim.

Agradeço a minha Orientadora, a professora Dra. Silvia Garcia Nogueira pelo incentivo acadêmico, dicas valiosas e frutíferas na elaboração final do trabalho. Uma profissional que não só leciona, também sabe ser amiga, paciente e compreensiva. Desde os meus primeiros passos aqui na Paraíba, soube entender o choque cultural que teríamos em terras brasileiras. As minhas dificuldades foram imensas desde a língua falada no Brasil até simples detalhes do cotidiano. Muito obrigado de coração e levarei este carinho para minha vida e para o meu país.

Agradeço também a duas pessoas incríveis e que contribuíram para minha vida acadêmica: à professora Rosemary Evaristo e a Wembley Araújo. Obrigada por comporem a minha banca examinadora. À Rosemary Evaristo, em especial, pelo apoio incondicional na língua portuguesa. Estava sempre de prontidão para me ajudar, as visitas em nosso apartamento para esclarecer as nossas dúvidas diárias, o ensino da culinária brasileira, enfim, um pouco de tudo. O meu muito obrigado.

O meu agradecimento também ao Governo do Timor Leste – que me proporcionou a bolsa durante todo o curso - e ao do Brasil, que possibilitaram através do programa de cooperação dar a oportunidade de estudantes de outras nacionalidades a terem experiências acadêmicas em suas instituições. Em especial ao Campus V da Universidade Estadual da Paraíba, em João Pessoa, a todo o corpo docente do curso de Relações Internacionais, administrativos e profissionais que fazem parte da instituição. Muito obrigada.

Agradeço de coração à mana Clemida Noberto, pela paciência, disponibilidade e ajuda quando tinha dificuldades em entender determinados conteúdos. Ela estava sempre

disposta a esclarecer os textos. Como também a Creonilda Noberto, pela receptividade em sua residência.

Muito obrigada a todos os amigos timorenses e brasileiros que fizeram parte deste ciclo de minha vivência: Tempex, Luiza, Mariana, Noêmia, Jeniffer, Lucia, Isidoro, Yuliani, Aline, Camila, Magna, Lívia, Ana, Chris Jessica e Luzia. Obrigada pelos momentos agradáveis durante o curso. Agradeço pelo apoio e incentivo, principalmente orações. Que Deus abençoe a vida de cada um.

Agradeço à “vovó” Miriam pelo carinho.

Enfim, agradeço ao povo de João Pessoa, por ser tão acolhedor e receptivo. Sentirei a falta de tudo isso e um dia retornarei a esta terra que me acolheu tão bem.

GUTERRES, Suzeti Rosária Fonseca. **A inserção da mulher na política do Timor-Leste:** da chefia da aldeia à presidência. Monografia. João Pessoa: UEPB, 2018. p.53

RESUMO

O presente trabalho trata da inserção das mulheres timorenses na política do Timor-Leste e busca traçar um breve recorte histórico sobre o cenário atual, tendo como foco principal a participação política das mulheres e suas influências na região e no Parlamento. Basear-se-á na utilização de métodos qualitativo, dedutivo, análise documental e revisão bibliográfica, além da coleta de depoimentos. Em uma perspectiva mais ampla, insere-se em um contexto de inserção de questões relacionadas a gênero, a partir do Terceiro Debate das Relações Internacionais. Em uma mais específica, volta-se para o sistema político do Timor-Leste, evidenciando as políticas institucionais adotadas pelo governo timorense e suas implicações para a política local, a partir das lutas das mulheres pela igualdade de seus direitos.

Palavras-chave: Gênero. Timor Leste. Relações Internacionais. Empoderamento. Feminismo.

GUTERRES, Suzeti Rosária Fonseca. **A inserção da mulher na política do Timor-Leste**: da chefia da aldeia à presidência. Monografia. João Pessoa: UEPB, 2018. p.53

ABSTRACT

The present study focuses on the inclusion of Timorese women in the policy of the country and seeks to draw a brief historical overview on the current scenario, focusing mainly on the political participation of women and their influence in the regions of the country and in the national parliament. It will be based on qualitative, deductive methods, documental analysis and bibliographic review, as well as the collection of testimonies. In a broader of understanding, it integrates in a context about the questions that related to the gender, from the Third Debate of the International Relations. In a more specific part, it applies to the political system of Timor-Leste, to highlight the institutional policies adopted by the Timorese government and its implications for local policy, as of the struggles of the women for the equality of their rights.

Keywords: Gender. East Timor. International Relations. Empowerment. Feminism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Órgãos Competentes do Estado Democrático do Timor-Leste

Tabela 02- III LEGISLATURA PARLAMENTAR 2012-2017 do Timor-Leste.

Lista de Siglas

ABRI	Angkatan Bersenjata Republik Indonesia
APODETI	Associação Popular Democrática Timorese
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ASDT	Associação Social Democrática Timorese
CAVR	Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação
CEDAW	Convention on the Elimination and Discrimination Against Women
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
FALINTIL	Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
GMPTL	Grupo das Mulheres Parlamentares de Timor-Leste
OPMT	Organização Popular da Mulher de Timor
ONU	Organização das Nações Unidas
PN	Parlamento Nacional
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
REDE FETO	Rede das Mulheres Timorenses
SEPI	Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade
SEAPSEM	Secretaria de Estado para o Apoio e a Promoção Sócio-Económica da Mulher
UDT	União Democrática Timorese
UNAMET	United Nations Assistance Mission for East Timor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O FEMINISMO NO CENÁRIO MUNDIAL.....	17
1.1 Gênero como ator das Relações Internacionais	17
2. A MULHER TIMORENSE NO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO PAÍS	23
2.1 A invasão da Indonésia em Timor-Leste	23
2.2 A participação das mulheres na luta pela independência do Timor-Leste.....	27
3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA PÓS-INDEPENDÊNCIA DE TIMOR – LESTE	344
3.1 Intervenções femininas na estrutura política do Timor-Leste	344
3.2 Contribuições das mulheres timorenses para o cenário político no âmbito da igualdade de gênero.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O Timor-Leste, conhecido também por Timor Lorosa'e, é um pequeno país pertencente ao sudeste asiático, com uma população estimada em 1 milhão duzentos mil de habitantes, sendo colonizado por Portugal durante 450 anos e pela Indonésia por aproximadamente 24 anos.

É um país considerado jovem perante a Comunidade Internacional que tem sua trajetória marcada pela interferência externa, em particular pela colonização portuguesa e ocupação indonésia, em que são visíveis os conflitos sangrentos ocasionados pelo governo de ambos os países. A sociedade timorense é considerada patriarcal. A mulher durante anos não teve voz e por vezes era impedida de expor suas opiniões perante a sociedade, deixando assim de serem garantidos os seus direitos. Mesmo com este impasse de sociedade patriarcal, as mulheres vêm exercendo um papel de destaque na luta do país por sua autodeterminação, no processo de state-bulding.

A participação das mulheres timorenses na política tem influenciado a visão de muitos representantes de governo, uma vez que vêm tendo a oportunidade de compartilhar experiências por elas vivenciadas em situações de tomadas de decisões referentes ao país. Desta forma, a pesquisa trata de um tema atual, além de refletir sobre as mudanças políticas e sociais ocorridas por intermédio de mulheres na política timorense nos cenários nacional e internacional.

A motivação acadêmica para a escolha do tema se justifica pelo desejo de compreender o papel conquistado pelas mulheres no cenário político mundial e em particular entender o valor da luta das mulheres do Timor-Leste para garantir a liberdade e a igualdade de gêneros em repartições governamentais que atendem à população em geral. Como timorense e estudante de Relações Internacionais, a luta feminina fez e faz parte da minha história de vida. No âmbito familiar, esteve presente no cotidiano de parentes e pessoas envolvidas na resistência à ditadura indonésia. Em específico, nesta luta esteve presente minha mãe, a qual ocupava o cargo de vice-secretária da Organização Popular da Mulher de Timor (OPMT), na zona Nain Feto, região celeiro de Díli. Ela participou dessa organização de 1979 a 1999.

A OPMT se insere em um contexto sócio-político-cultural do Timor-Leste marcado por invasões externas: colonização portuguesa (1515-1974), presença japonesa (1941-1945), invasão indonésia (1975-1999), Organização das Nações Unidas (ONU) (1999-2002), além de

situações de violência extremas como o Massacre de Santa Cruz em 12 de novembro em 1991. Portugal, Indonésia e Austrália vêm sendo ao longo do tempo os principais países no centro de disputas e/ou cooperação com o Estado timorense, pelo período colonial e, depois, pelo processo de descolonização (1974-1975), no caso português, pela dominação e tentativa de anexação ao território indonésio (1999), ou mesmo o interesse australiano na disputa marítima e no petróleo da região.

Durante a luta da população timorense frente à dominação indonésia, na década de 1970, o número de mulheres que atuou em conjunto com os homens pela liberdade do país foi significativo para a conquista da independência. Na invasão Indonésia no Timor, a partir de 1975, o saldo de mortos deixados foi de 183.000 (DURAND, 2009). Foi considerado elevado para o país, que na ocasião possuía uma população de 863.261. No massacre nenhum governo se preocupou em defender os interesses da população que clamava por ajuda. Em 1975, a primeira líder feminina do Timor-Leste, Rosa Bonaparte, organizou um levante de mulheres para lutar por seus direitos na região (DURAND, 2009)

Dessa luta, resultou a proclamação unilateral da Independência, pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN). Esta proclamou a Independência de Timor-Leste no dia 28 de novembro 1975. No entanto, antes dessa proclamação, a União Democrática Timorense (UDT) tinha coligado com a FRETILIN. A Indonésia não aceitou esta coligação e por esta razão a UDT decidiu pelo golpe de estado no dia 11 de agosto de 1975 com apoio da polícia. Em resposta ao golpe, a FRETILIN conseguiu formar as Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), apoiada pelas forças nativas para lutar contra a UDT. Assim a capital de Díli foi retomada pelas FALINTIL em meados do mês de setembro e conseguiu controlar todo o território do Timor. Neste conflito, provocou o quantitativo aproximado de 3000 mortos. (DURAND, 2009)

A morte da líder da Organização Popular da Mulher Timorense (OPMT), Rosa Bonaparte foi ocasionada pela força da Indonésia no dia 07 de dezembro de 1975. Para a conquista dos direitos de igualdade das mulheres timorenses, OPMT fez campanhas políticas e buscou ajuda de outras mulheres do Timor-Leste para lutar frente ao inimigo. Nos enfrentamentos diretos, a organização formada pelas mulheres teve que se render às forças armadas da Indonésia. Muitas sofreram, foram torturadas ou mortas. Nem mesmo com este recuo, as mulheres deixaram de lutar por sua liberdade. Passaram à clandestinidade, continuando sua luta para contribuir de alguma forma para a sua inserção na política do país.

Durante os 24 anos de ocupação indonésia, as mulheres timorenses sofreram violações sexuais cometidas pelos militares, entre outros tipos de violência gravíssimos dos

Direitos Humanos. Considerando-se a recém-independência do país adquirido no ano de 2002, o que requer mudança de paradigmas em relação ao papel da mulher na sociedade, entende-se que o tema da inserção feminina na política do Timor-Leste e os impactos sociais gerados por ela sejam relevantes para estudo e pesquisa.

O presente trabalho trata, portanto, da inserção da mulher timorense e seu desempenho no campo político, buscando traçar um breve recorte histórico sobre o cenário atual, com foco principal na participação política das mulheres e suas influências na região e no Parlamento no ano de 2002 a 2017.

Partindo desse contexto das lutas das mulheres por seus direitos de igualdade perante a sociedade internacional é que se constituem duas questões norteadoras da presente pesquisa: Qual o processo de inserção da mulher timorense no cenário político do Timor-Leste? De que forma estas contribuíram para institucionalizar leis que incluíssem a todos de forma igualitária?

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é investigar a inserção da mulher na política timorense e seus impactos sobre a transformação da sociedade do Timor-Leste. Para tanto, realizar-se-á as seguintes ações: 1. Levantamento e mapeamento do número de mulheres na política no Timor-Leste; 2. Apresentação e discussão dos avanços políticos e sociais proporcionados pela atuação da mulher em cargos de confiança do governo timorense, 3. Análise das circunstâncias em que a atuação da mulher timorense na política pode contribuir para a realidade nacional e internacional.

Considerando o tema e o problema desta pesquisa, a metodologia usada neste estudo é a bibliográfica e a documental. Desse modo, a fim de entender quais as motivações e os cargos que as mulheres estão ocupando no cenário político do país, o estudo basear-se-á em bibliografia relacionada à questão de gênero no Timor-Leste e nas Relações Internacionais, apoiando-se em análises de Odete Maria de Oliveira, Gilberto Sarfati, Frédéric Durand, Kelly Cristiane da Silva, documentos vinculados pela mídia e sites institucionais e governamentais do Timor-Leste, além de depoimentos de mulheres que participaram da luta política no país.

Quanto ao método, será utilizado o dedutivo, porque se busca investigar o processo de inserção das mulheres no cenário político do Timor-Leste, após a sua independência e como este exemplo pode ser seguido por outros Estados, como também de mulheres que ainda não conseguiram sua independência e lutam pelos direitos iguais quanto ao gênero.

O trabalho está organizado em três capítulos, para melhor compreensão do tema pesquisado. Inicialmente foi feita uma breve introdução, tratando-o objeto de estudo; em seguida foram distribuídos os capítulos: o primeiro capítulo aborda a discussão teórica sobre o

Terceiro Debate das Relações Internacionais, assim como traz definições utilizadas por autores a respeito do tema gênero. O segundo capítulo, um breve histórico do Timor-Leste, abordando a ocupação de Portugal e da Indonésia na região, para evidenciar o processo de independência do país. Por fim, no terceiro capítulo, foi feita uma análise da luta e empoderamento das mulheres timorenses no cenário político, após a Independência do Timor-Leste, apresentando-se também as políticas estruturais na inserção de gênero nas decisões governamentais do país.

Espera-se que o tema proposto, neste trabalho, possa contribuir para o campo das Relações Internacionais, ao enforçar uma região ainda pouco explorada no contexto internacional como o Timor- Leste. Pretende-se, ainda, contribuir para futuras discussões no campo de gênero em países que apresentam o patriarcalismo como forma de dominação.

1 GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O FEMINISMO NO CENÁRIO MUNDIAL

As discussões que permeiam a questão de gênero no mundo contemporâneo vêm ganhando no cenário internacional destaque ao longo das agendas dos governos e órgãos ligados à luta pela igualdade de direitos da população - seja ela relacionada à etnia, raça, religião, cultura, gênero, entre outros fatores. Desta forma, a luta por direitos iguais na questão de gênero vem ganhando maior visibilidade a partir dos anos subsequentes às guerras ocorridas no mundo globalizado. Ressalta-se a importância de estabelecer uma análise para se entender o processo enfrentado por mulheres e órgãos competentes ao trabalhar com este tema frente às dificuldades com quais se deparam. Desta forma, o capítulo a seguir terá como objetivo central resgatar uma discussão sobre o feminismo nas relações internacionais, o seu papel exercido na sociedade internacional, assim como apontamentos e atuações em execução e políticas que favoreçam a igualdade de todos, sem distinção. Ademais será discutida a ideia de gênero como possível ator nas relações internacionais, justamente tema do início deste capítulo.

1.1 Gênero como ator das Relações Internacionais

A questão de gênero nas Relações Internacionais ganhou destaque nas discussões após o Terceiro Debate no campo acadêmico das Relações Internacionais, marcado por uma discussão entre perspectivas positivistas e pós-positivistas. Oliveira e Silva (2011) concebem gênero como possível ator internacional. Nesse sentido, importa responder a um conjunto de indagações sobre sua habilidade nas formulações de políticas para a agenda das Relações Internacionais contemporâneas, em especial sobre o protagonismo e o poder de influenciar as tomadas de decisão governamentais, além de sua capacidade de intervenção em conflitos, oferecendo instrumentos de mediação de eficazes soluções para tais finalidades.

Ainda de acordo com Oliveira e Silva (2011), a questão de gênero em evoluindo progressivamente de acordo com os autores. O fato de maior participação e mulheres em Fóruns Mundiais contribui de forma significativa para debates voltados para a questão de gênero e as teorias de abordagens relacionadas ao papel exercido pela mulher no cenário internacional.

Na atual conjuntura internacional, percebe-se a relevância do tema gênero nas discussões teóricas acadêmicas, apresentando as desigualdades existentes entre homem e mulher. De acordo com Peterson e Runyan (1999, *apud* MONTE, 2013, p.69),

Apontam dois modos de se trabalham nas RI como categoria de análise. A primeira chamada posição das mulheres; a segunda, poder do gênero. A primeira é própria das feministas que primeiro se engajaram na reflexão sobre as mulheres em RI, ou melhor, na reflexão sobre ausência e marginalização das mulheres nos espaços considerados pelas teorias tradicionais como próprios da disciplina. Essas foram as feministas que passaram a buscar as mulheres, indivíduos, nas margens e nos espaços anteriormente impensados e impensáveis como parte das relações internacionais. Em segunda seria as feminista de ponto de vista, as autoras, contudo, apontam que a maior parte das feministas emprega o pós- positivismo para não apenas localizar as mulheres em posições marginais e/ou subordinadas, mas também para demonstrar como essas posições estão ligadas ao poder do gênero- gênero como um sistema de símbolos, empregados para interpretar a realidade e fixar significados, servindo, conseqüentemente, não apenas como uma categoria de classificação e forma de diferenciação de indivíduos, mas também como uma guia para as nossas s as ações. Essa conceituação de gênero inverte a visão tradicional sobre a relação entre indivíduos e suas identidades de gênero.

De acordo com a citação mencionada acima, percebe-se que a análise gira em torno da questão da mulher no cenário internacional. A partir da Conferência de Pequim (1995), a ONU adotou o conceito de gênero, ao entender que as diferenças do que é ser homem e ser mulher são “construídas de acordo como contexto cultural, político, econômico, e social de cada comunidade” (REBELO, 2012, p.29).

Segundo documentos da ONU (1995), outros conceitos adotados pela Organização são *empoderamento* da mulher¹ –“consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo”- e a noção de transversalidade² que prevê que uma perspectiva de gênero deve ser adotada em todas as políticas públicas da esfera governamental e nas ações dos contingentes estrangeiros que estiverem atuando em missão de paz.

De acordo com Enloe (1989 *apud* SOTO, 2016 p.13), o debate em torno da ideia de que o Estado pode ser produtor de insegurança para a sua população, causando conflitos internos de grandes proporções, como resultado que transbordam fronteiras, constitui-se como foco de pesquisadores feministas que analisam a situação das mulheres ao redor o mundo.

¹ Empoderamento feminino é o ato de conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos, como a total igualdade entre os gêneros, por exemplo.

² Seguindo a análise, as políticas de igualdade de gênero no trabalho, portanto, devem levar em conta algumas questões atuais e emergentes como o modelo de desenvolvimento baseado na economia global que tem afetado o emprego; a feminização da pobreza, com a diminuição do papel do Estado em matéria de bem estar social, afetando a questão da saúde, da qualidade de vida e da educação das mulheres (SILVEIRA, 2001).

Para Enloe (1989, *apud* SOTO, 2016 p.13) “nenhum indivíduo ou grupo social se encontra nas margens de qualquer rede de relacionamentos [...] sem que alguém, outro indivíduo ou grupo tenha acumulado poder suficiente para criar o “centro” em outro lugar”.

Segundo Scott (2005), numa outra perspectiva, a não problematização da figura da mulher como ser frágil e do homem como ser agente e de muitas faces (violento e pacificador) acaba por reificar a posição masculina no poder, e as características do indivíduo homem como aquelas que as mulheres devem aspirar a ter, para se alcançar a igualdade de gênero.

De acordo com documentos da ONU (1995), entender as relações de gêneros se tornou primordial para a Organização das Nações Unidas, uma vez que foram reconhecidas posições de desigualdade para as mulheres “no mundo”, a permanência dessa situação de tornou incoerente com a posição da instituição, uma vez que em sua Carta coloca-se em defesa a “igualdade de direito dos homens e mulheres”, desde as décadas finais do século XX a busca por uma igualdade de gênero se tornou uma forte bandeira defendida pela ONU (SOTO, 2016, p.14)

Scott (1986, *apud* PAIVA, 2014, p.44) ressalta que as “análises feministas buscam mostrar como relações de poder não são confinadas aos espaços ditos ‘públicos’, o gênero, como forma primária de relações significantes de poder”. Para Ackerly e True (2006, *apud* PAIVA, 2014, p.33) descrevem uma metodologia utilizada pelas feministas nas RI demonstra que,

apesar das diferenças, existe certo acordo sobre o que toda teoria feminista na disciplina busca fazer. De acordo com as autoras, a metodologia feminista envolve constante e coletiva reflexão sobre o papel do teórico, e procura sempre, além de simples identificação de opressão, os espaços onde existe resistência, pois só através desta identificação a teoria pode dizer-se emancipatório de fato.

O papel da perspectiva feminista das relações internacionais e o coletivo desses profissionais mostram os espaços que apresentam resistência por parte da questão de gênero. Segundo Nogueira e Messari (2005, p.223-224), para se estudar o feminismo nas Relações Internacionais, é necessário,

levar em consideração as diferenças internas entre as próprias feministas. De fato, é possível perguntar se o movimento como um todo pode ser considerado um movimento de dissidência mais por questionar a dominação masculina no decorrer da história do que devido a algum questionamento, por parte do movimento como um todo, sobre metodologia, epistemologia, ou ontologia. Algumas feministas certamente se posicionam de maneira epistemológica e ontológica oposta às correntes dominantes na disciplina de Relações Internacionais.

Assim, para aprofundar melhor o feminismo nas Relações Internacionais é necessário conhecer as diferentes abordagens discutidas na questão de gênero.

Para Scott (1986),

reconhecendo a multiplicidade de representações culturais dos gêneros, vê-se que a ONU explora a imagem da mulher como ser mais passivo, mais protetor, mesmo como combatente – em vários pontos da Resolução 1325 (2000), se reafirma a importância das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz-, o que direciona suas ações a papéis em que esses estereótipos são reproduzidos; por outra parte, mulheres que subvertam aos papéis para elas indicados, são apagadas, ou tratadas como um caso em especial.

As análises feministas pós-estruturalistas têm como foco desvendar o modo a partir do qual os discursos, inclusive aqueles que parecem opostos, constroem sujeitos, delimitam e legitimam cursos particulares de ações, de maneira que, como consequência, alguns objetos são silenciados por essa disposição dos discursos e das práticas (HANSEN, 2010). Scott (1990, s/p) define gênero “totalmente dentro do discurso pós-moderno. Gênero é um discurso constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre sexos, ao mesmo tempo em que é um primeiro modo de significado das relações de poder”.

Tickner (2001, *apud* MONTE, 2013 p.71), em relação aos feminismos e as RI, a afirmação desdenhosa de que a entrada das mulheres e do gênero no campo das Relações Internacionais – e o tipo de teoria, pesquisa e resultados que passou a ser produzido – ainda é marginal na disciplina ainda de que apresenta dificuldades em sua tentativa de transpor os obstáculos que surgem nessa busca de aceitação pelo mainstream da área.

De acordo com Paiva (2014), a partir dos anos de 1980, a questão de gênero começa a ser introduzida como categoria empírica relevante e ferramenta analítica para compreender as relações globais, o que é conhecido também nas Relações Internacionais como Terceiro Debate ou abordagens feministas dos pós-positivistas.

Uma agenda feminista em política internacional demanda reflexões que vão além do que as teorias tradicionais da disciplina são capazes de oferecer. Ao refletir sobre a forma como o “gênero” é construído a partir de discursos e práticas econômicas, políticas, sociais e institucionais, essas abordagens provocam questionamentos sobre verdades naturalizadas, sobretudo em termos de gênero, e sobre quem as proclama (WOODHOUSE, 2005).

De acordo com Sarfati (2005), a visão pós-positivista, que representa a maior parte das perspectivas, engloba também o construtivismo, a teoria crítica e o pós-modernismo. Porém, expor a teoria feminista nas relações internacionais é uma tarefa árdua e difícil, tendo em vista que os teóricos trabalham com diferentes óticas e posicionamentos. Por esse razão, a interseção entre teorias feministas e as Relações Internacionais não pode ser dissociada das

profundas transformações de cunho ontológico e epistemológico pelas quais passaram a disciplina desde as últimas décadas do século XX e sobre quais autoras e pensadoras feministas tiveram considerável influência (MONTE, 2013).

Discorre Monte (2013) que as principais abordagens feministas no pós-positivismo, nas relações internacionais, buscam um desenvolvimento paralelo ao relacionar gênero aos contextos. Ainda segundo a autora (2013) as abordagens que usam o gênero como categoria de análise nos estudos das relações internacionais procuram nas instituições e normas do sistema internacional explicações para assimetria nas relações entre os gêneros e instâncias de constituição de identidades de homens e mulheres.

Desse modo,

O núcleo de pesquisa da agenda feminista em Relações Internacionais envolve questões indenitárias, como raça, cultura e gênero. E elas enfocam na investigação o modo como as instituições internacionais estruturam, moldam e reproduzem a desigualdade de gênero e, ao mesmo tempo, como as instituições são sustentadas por esta mesma desigualdade. Ou seja, a investigação feminista é pautada por questões constitutivas da organização do ambiente internacional, [...] de modo que as questões de gênero nas Relações Internacionais estão inexoravelmente vinculadas a uma perspectiva ontológica e metodológica fundamentalmente mais crítica (ISQUERDO, 2012, p.6)

Nessa mesma direção, Oliveira (2011, p.13) lembra que

as teorias de gênero e a relevante pesquisa empírica feminista passaram a revelar aspectos ocultos das estruturas do poder e da política, as diferenças, as opressões e as violações, as lutas das mulheres em busca de seus direitos, empregando para tanto recursos de epistemologia feminista e de método denominado *feminist informed* - constituindo uma série de perguntas, abrangendo relacionamentos e seus limites.

Segundo Monte (2013), o princípio político em relação ao gênero tem um valor muito significativo quanto à construção social de uma superioridade dos homens. As atividades por eles organizadas sob forma de atividades sociais e políticas são tidas como merecedoras de maior respeito do que as desenvolvidas pelas mulheres, ocorrendo um princípio hierárquico e político baseado na desigualdade de gêneros.

De acordo com Sarfati (2005), o masculino é identificado como o privilégio cultural, discursivo, material e estrutural associado à masculinidade, que não é limitado ao homem, em relação à feminilidade, não limitada às mulheres. A hierarquia do gênero refere-se à dominação institucionalizada do gênero masculino sobre o feminino, nas relações econômicas, políticas militares e religiosas, por meio da legitimação da forma masculina heterossexual de pensamento e prática.

A dúvida em relação à possibilidade de acumulação sistemática de conhecimento sobre as causas da opressão das mulheres é fruto da emergência da terceira onda feminista, sustentada por feministas pós-coloniais, pós-estruturalistas e pós-modernas. Essas levantam dúvidas sobre a possibilidade de se construir um elenco

fixo e determinado de causas estruturais para opressão das mulheres. Para pesquisadoras pós-estruturalistas e pós-coloniais, as fontes de opressão são dinâmicas e complexas, em consonância com o dinamismo das relações sociais em geral, em constante estruturação, e não podem ser identificadas e fixadas como queriam as feministas de ponto de vista, principalmente se considerarmos o posicionamento específico, ocidental e branco, destas (TICKNER,2001,*apud* MONTE, 2013, p.74-75)

Ao observar a citação acima mencionada, percebe-se dúvidas quanto à relação de acumulação sistemática de conhecimento sobre as opressões das mulheres observadas no Terceiro Debate.

Sobre essa questão, discorre Sylvester (1994, *apud* MONTE, 2013, p.77)

Na Interseção com as visões pós-positivistas, Sylvester identifica dois tipos de feminismo: o pós-modernismo feminista e o pós-moderno ('feminist postmodernism and postmodern feminism') – ambos sendo tributários do pós-estruturalismo francês, que concebe a linguagem como uma força de construção e reconstrução de ordens simbólicas falocêntricas. O segundo tipo citado, feminismo pós-moderno, seria um ponto de negociação entre o pós-modernismo feminista, que interpreta a diferença sexual como função unicamente da linguagem, e o ponto de vista, baseando firmemente na ideia da existência de mulheres 'reais', e um corpo das experiências femininas concretas, distintas e objetivas.

De acordo com Junior e Sandes (2011), as diferenças biológicas são transfiguradas por padrões socioculturais que imprimem característica psicológica e social aos integrantes de cada sexo. As noções de homens e mulher e masculino e feminino se constroem a partir daí, com atribuição de papéis que definem relações de poder. Nesses termos, o conceito de gênero relaciona-se a expectativas socialmente estabelecidas de comportamento de natureza moral, social e política, entre outras. Gênero não é, como frequentemente reivindicado, sinônimo de mulher e identidades femininas; também trata de homem e identidades masculinas e, mais importante, de relações entre homens e mulheres.

A essa posição, acrescenta-se a visão de Scott (1990, p.85), cujo conceito de gênero foi utilizado para “dar visibilidade ao discurso da diferença dos sexos não apenas no nível das ideias, mas das instituições, das estruturas, das práticas cotidianas, dos rituais e de tudo o que constitui as relações sociais”. Para a autora, a diferença entre os sexos não é origem da organização social, muito menos dela derivada. Ela deve ser pensada e analisada nos diferentes contextos históricos que orienta a vivência das estruturas sociais. Como se observa, tais conceitos se complementam, trazendo-nos uma compreensão maior e mais detalhada sobre a construção do discurso sobre o gênero.

No Timor-Leste, a discussão sobre a questão de gênero é recente por ser considerada por muitos uma sociedade patriarcal. Aos poucos a desigualdade gênero vem sendo transformada por novas ideias, abordagens e atuações políticas.

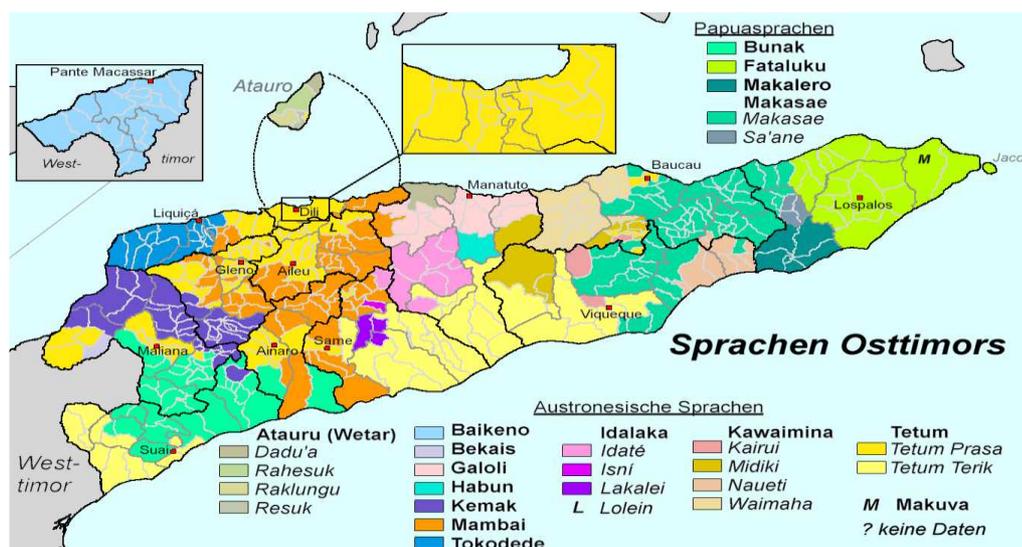
2. A MULHER TIMORENSE NO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO PAÍS

Este capítulo será dedicado à discussão sobre o papel da mulher no processo de restauração da independência do Timor-Leste e seus reflexos no cenário das Relações Internacionais. Conhecer o processo de lutas por igualdade de direitos das mulheres é fundamental para entender o tema proposto na pesquisa e estabelecer entendimentos sobre as pessoas mais afetadas: as mulheres.

2.1 A invasão da Indonésia em Timor-Leste

Em termos de divisões administrativas, Timor-Leste é composto por 13 municípios. Cada um deles tem o seu próprio dialeto, tanto da população local quanto em postos administrativos. O dialeto falado em Lautem (Lospalos) é o Fataluco. Baucau fala Makasae; Viqueque, TétumTerik; Manatuto fala Galolem; Aileu, Ainaro, Same e Ermera falam Mamabai; Liquisa fala Tokodede; Bobonaro e Suai falam Kemak; Bunak e Oecussi falam Baikeno e Dili fala Tétum Prasa(ver mapa abaixo). Conhecer a história e as divisões administrativas do Timor-Leste é necessário para entender o contexto do país até as intervenções da ONU com suas operações depaz necessárias para manter a estabilidade naregião.

Figura 1 - Mapa dialetal deTimor-Leste



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Timor-Leste> (2010)

A primeira referência dos portugueses a Timor- Leste encontra-se num mapa datado de 1512. Mas só a partir de 1550 os frades dominicanos instalados na ilha de Solor estabeleceram o comércio regular de madeira de sândalo, sobretudo como reinos do oeste de Timor (DURAND, 2009).

Segundo Albuquerque (2012), Timor na Antiguidade mantinha laço comercial com grande parte do Sudeste Asiático sendo os principais locais Goa, Sri Lanka, Malaka e Macau. Anos mais tarde, em meados de 1515, os portugueses chegaram a Timor-Leste principalmente para fazer comercio de Sândalo.

De acordo com Cunha (2001), até o século XX, o Timor foi considerado colônia de Portugal, sempre em combate com os holandeses e, somente em 1914, a linha fronteiriça com os Países Baixos foi fixada definitivamente, consagrando a divisão de Timor entre as duas potências europeias. Mesmo sendo colônia de Portugal, as estratégias de dominação desse país europeu não alcançaram o interior do Timor: Nas preocupações da metrópole quanto ao destino do império colonial, o primeiro pensamento fixava-se em Angola, a mais importante colônia sob todos os aspectos, a joia da coroa do Império Português que abrigava uma população metropolitana e branca superior a 300.000 pessoas.

No ano de 1974, o governo do Timor-Leste, sob administração de Mário Lemos Pires, pôde aperceber-se da ligação com Portugal. Mas devia igualmente constatar a existência de uma forte identidade leste timorense. Ultrapassando as posições divergentes dos seus dirigentes, Portugal começou a pôr em prática o processo de descolonização (DURAND, 2009).

Antes da chegada da Indonésia em Timor-Leste, no período da Segunda Guerra Mundial, em 1941, ocorria à entrada das forças Japonesas e Austro-Holandesa, havendo um verdadeiro desmonte no Estado-colônia. Só em 1945 foi retirada a força Japonesa em Timor-Leste. Durante a estadia, a cidade de Díli foi totalmente arruinada, devido os bombardeiros da força japonesa contra a força australiana e seus aliados. Todos os meios de comunicação com Portugal foram totalmente cortados e Timor foi transformado no campo de batalha entre O Japão e a Austrália.

Após a saída das forças japonesas, o Governo de Portugal retomou o poder administrativo e iniciou a reconstrução em Timor, mostrando internacionalmente a existência da província ultramarina portuguesa. Nesse momento, a Indonésia e a Índia proclamaram a sua Independência pelos governos Holandeses e Reino Unido (SILVA, 2012).

Em 1974, segundo Sant'Anna (1997), Portugal deu início a um processo de descolonização para definir os rumos do Timor-Leste. Três partidos políticos surgiram, com

diferentes ideologias: a União Democrática Timorese (UDT), que queria integrar-se com Portugal; a Associação Popular Democrática Timorese (APODETI), que queria integrar-se com a Indonésia, e a Associação Social Democrata Timorese (ASDT), que se transformou em Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), que optava pela independência.

De acordo com Silva (2012), iniciou-se uma guerra civil entre a força timorese que defendia a independência total e imediata, orientada pela FRETILIN, e a UDT, que defendia a independência em longo prazo, no período de 10 anos. Em 28 de novembro 1975, a FRETILIN proclamou a sua independência unilateral. No dia seguinte, Portugal reconheceu na ONU que não tinha poder para decidir o conflito que surgiu entre os timorenses. Entretanto, ainda no dia 30 de novembro, os partidos APODETI e UDT proclamaram a integração com a Indonésia. Em 7 de dezembro de 1975, os militares da Indonésia invadiram Timor-Leste por via marítima e terrestre, entrando em Díli, conseguindo ocupar todo o território após alguns meses, mudando todo o perfil de governo do Timor Português.

Havia também um grande interesse internacional por causa das riquezas petrolíferas na região do Timor-Leste. Além dos EUA, Sant'Anna (1997) cita países como Canadá, Japão, França, Inglaterra, Holanda e Alemanha como colaboradores do regime de Suharto, presidente da Indonésia, que realizou um genocídio em Timor-Leste. A Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação (CAVR, 2005), aponta que no período de 1975 a 1999 ocorreram 84.200 mortes devido à fome e doença. A grande maioria destas mortes ocorreu em 1977 e 1978 e no decurso do período de ataques militares indonésios em larga escala contra as bases da FRETILIN no interior, onde viviam um elevado número de civis, e em 1979, no período dos campos de detenção militar indonésia e de reinstalação controladas pelas Forças Militares da Indonésia (ABRI).

Segundo Durand (2009), ainda não se tem o número total de mortos durante a ocupação Indonésia. Segundo a Indonésia, foram 150.000 mortos desde os anos de 1970. Entretanto, Abílio Osorio, último governador da Indonésia em Timor-Leste, reconheceu que em 1994 o número das vítimas atingiu 200.000 durante a invasão indonésia. A Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação afirmou que foram 183.000. Outras fontes independentes anunciaram que desde o ano de 1975 a 1999 foram mortas pelo menos 250.000 pessoas.

Após a invasão, o governo javanês³ criou uma assembleia falsa, cujos 28 membros eram cidadãos da Indonésia escolhidos pelo próprio governo e, ao mesmo tempo, trabalhavam como funcionários do serviço secreto da Indonésia. Esta assembleia falsa fez a sua declaração política no dia 31 de maio de 1976, tornando o Timor Português, a partir daquela data, como a vigésima sétima província da República da Indonésia: “no mês de julho de 1976 o presidente da Indonésia general Suharto assinou uma lei e declarou formalmente ‘Integração’ de Timor-Leste ao Estado Unitário da República da Indonésia.” (SANT’ANNA, 1997, p.38)

Segundo Silva (2012), a integração de Timor-Leste na República da Indonésia nunca foi reconhecida legalmente pela ONU durante duas décadas. Foi a Austrália que reconheceu a integração, devido a acordos comerciais feitos com a Indonésia, pois explorou as fontes de petróleo e gás existentes no Mar de Timor.

De acordo Silva e Simião (2007), as 12 resoluções do conselho da segurança da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) condenaram a invasão da Indonésia sobre Timor-Leste. Por isso, a Indonésia decidiu reforçar a sua força militar em todo o território, formando os quadros administrativos para mostrar ao mundo que Timor-Leste estava integrado legalmente à República Indonésia, liderado por um governador. A cidade Dili foi dominada pelos militares com apoio de seus colaboradores e transmigrantes, vindos das outras províncias da Indonésia. As Nações Unidas retomaram a causa da independência de Timor-Leste no ano de 1999 e implementaram o referendo referente a isso no dia 30 de agosto de 1999.

Para Silva (2012), a saída do poder indonésio sob o comandado presidente Suharto abriu possibilidades favoráveis nas conversações entre Portugal, Indonésia a ONU, com o intuito de tomar decisões mais acertadas para o processo de Timor-Leste. As negociações entre as duas nações foram iniciadas novamente em 1999; e no dia 11 de junho de 1999 o Conselho da Segurança das Nações Unidas (CSNU) enviou uma missão da ONU (UNAMET) para criar as condições de realização do referendo, tendo como resultado que 78,5% da população votaram a favor da independência.

A luta dos timorenses pela autodeterminação deve ser percebida como um precedente importante de um combate pós-vestefaliano. Por duas razões principais: em primeiro lugar, Timor-Leste permaneceu na agenda internacional graças à mobilização dos movimentos de solidariedade, muito mais do que devido às iniciativas diplomáticas dos Estados e das organizações intergovernamentais - neste sentido, Timor-Leste é um produto da cidadania peregrina; em segundo lugar, o papel desempenhado por Portugal, a antiga potência colonizadora, como aliado do povo timorense e dos movimentos de solidariedade, e, bem assim, a articulação entre a diplomacia portuguesa e esses atores não governamentais em áreas cruciais (diplomacia dos direitos humanos, organizações multilaterais regionais, Comité de

³Javanês é o nome dado a quem nasce em Java, região da Indonésia.

Descolonização das Nações Unidas) suscitam a questão da aplicabilidade da metáfora do Estado militante a Portugal neste caso concreto. (PUREZA,2001,p.15)

Com a ajuda da Comunidade Internacional, através de sua mobilização e apoio no processo de libertação do povo de Timor-Leste, os timorenses conseguiram alcançar a Independência. As mulheres desempenharam papel importante nesse processo.

2.2 A participação das mulheres na luta pela independência do Timor-Leste

De acordo com Durand (2009), os timorenses também fizeram esforços através da criação da OPMT em janeiro de 1975. Os membros do FRETILIN também criaram a Organização Popular de Juventude de Timor – (OPJT); e a Organização dos trabalhadores de Timor (OPTT). Essas organizações objetivavam participar e ativar mais a luta contra os inimigos (GUTERRES, 2014). Ainda em janeiro, para melhorar o processo da independência, UDT e FRETILIN – os dois principais partidos políticos - formaram uma coligação. Os militares indonésios a receberam mal, julgando que ela comprometia os seus planos, e empreenderam várias manobras. A atuação das mulheres timorenses no processo de revolução contra a Indonésia ocorreu por meio de sua participação no movimento OPMT.

No livro intitulado *Sete mulheres do Timor*, Cunha apresenta-nos relatos que tratam da atuação das mulheres nesse processo de luta pela independência. Timorense, filha de José Raimundo Guterres e Margarida do Carmo Gomes Guterres, Fátima Guterres foi uma das líderes da Resistência da OPMT no setor Centro Leste e diz o seguinte:

No Sector Centro Leste, a nossa primeira conquista foi a integração das mulheres na OPMT, que possibilitou a algumas assumirem papéis como responsáveis pelos grupos e coordenadoras das atividades com os responsáveis principais da Zona. Outras ficaram na Sede da Zona ou das aldeias para fabricar cestos, esteiras, sacos para as rações de combate, bolsas para guardar o sal, materiais que depois eram enviados para outras regiões longe do mar. Além de cuidarem das crianças, as mulheres também substituíam os homens quando estes estavam doentes ou não tinham disponibilidade para as suas tarefas específicas. À medida que a luta avançava, realizavam-se várias reuniões, conferências e outras atividades. Chegavam-nos notícias das zonas da Fronteira Sul, dizendo que em Tapo as mulheres também pegavam em armas e que eram muito afamadas. No Sector Centro Leste, ao qual pertencemos, as mulheres não chegaram a pegar em armas. Embora não andássemos armadas, treinávamos para qualquer eventualidade em que fosse necessário substituir os homens, pois, cada vez mais, as forças das FALINTIL ficavam doentes ou feridas. (CUNHA, 2005, p.59-60)

A luta pela integração das mulheres timorenses serviu de exemplo para muitas seguirem a luta por seus direitos perante a sociedade.

Já em *Timor: Paraíso Violentado*, Guterres (2014, p.217) enfatiza que

as mulheres foram mais difíceis de integrar uma organização, devido impedimento dos homens. Tinham herdado do passado um sentimento de submissão, estabelecido não só pela diferença entre as classes sociais, mas dentro do próprio ambiente familiar, em que as mulheres ocupam lugar menos importante.

Porém os responsáveis das organizações conseguiram com grandes esforços, levá-las assistir reuniões, participar em festas e convívios, obrigaram-nas a falar, libertam-se da cozinha e de muitas outras tarefas que as sobrecarregavam, embora também continuassem ligadas à tradição, mas, como responsáveis, esse era o seu papel. Aos poucos eram as próprias que procuravam para entrar na organização. Na realidade, o entendimento geral era de que tínhamos um inimigo comum, que apenas unidos poderíamos combater.

Durante esse tempo, cada grupo tinha trabalho específico, a fim de dar conta das demandas diárias - um deles era escutar as notícias internacionais na rádio que depois eram escritas num quadro negro. Como Fátima Guterres foi uma das líderes naquela época, organizou um grupo de alfabetização em que muitas mulheres estudaram. Além disso, ela e as demais mulheres letradas divulgavam e esclareciam os motivos dessa organização pela assembleia popular e organização específica para cada zona e aldeia, tendo como objetivo atingir, com o esforço de todas, as condições da aplicação das diretrizes a cada zona e seus recursos em vários aspectos (GUTERRES, 2014).

Em resposta ao que foi perguntado por esta pesquisadora⁴, Lourença Rodrigues (foto abaixo) comentou sobre sua atuação como ativista da seguinte forma:

Ani hanae OPMT kisa'e. 'Ai multi alaha mutu e, ani ni pad atufurala ki rial e kouruni laani, pitihina, heru ini, teni lode hina haini. Waitee ni amulafu kasu lalun afulaa, hefanula, telipoki, telihasa, ki kutu ki kasi mei laani namirala alan mutu era kini.

Eu era como uma líder, considerada como ativista da OPMT. Durante a ocupação ajudamos a levar milho, akar, fore-tali, roupas ou fardas militares, aos guerreiros para sobreviverem e para ter força de lutar contra os militares da Indonésia. (Tradução Isidoro Amaral)⁵

⁴ A informação foi obtida através de contato feito via facebook, no dia 10 de novembro de 2017.

⁵ Isidoro Amaral, filho de Lourença Rodrigues, fez a tradução do trecho transcrito, por se tratar de um dialeto desconhecido pela pesquisadora.

Figura 2 - Lourença Rodrigues tecendo um *tais*⁶



Fonte: Isidoro Amaral, 2017

Como se observa nos relatos de Fátima Guterres e Lourença Rodrigues (foto acima), as mulheres desempenharam importante papel político e de luta durante o período de dominação indonésia. Muitas delas analfabetas, ou com pouca escolaridade, tiveram que se libertar dos padrões sociais da época para assumirem “papéis masculinos” em muitas situações, quando os guerrilheiros (na maioria filhos, sobrinhos e maridos), estando em combates, além de aprenderem a ter mais autonomia, na falta dos homens.

Sobre o seu papel de mulher timorense envolvida com a luta pela independência, Filomena Soares⁷, em entrevista a mim concedida, respondeu o seguinte sobre os questionamentos feitos a ela quanto ao papel da mulher nesse período de guerra em Timor-Leste:⁸

Sou Filomena Soares e era uma ativista que esteve junto com Xanana Gusmão durante dois anos, quando Xanana Gusmão ainda era adjunto comissariado desde 1977 a 1979 na zona de Watulari, atualmente subdistrito do Distrito Viqueque na parte Leste do território do país. Eu era responsável da OPMT da zona de Watulari. Durante aquele espaço de tempo organizava duas colegas minhas da própria organização OPMT nas atividades da tecelagem, preparação das comidas para as forças FALENTIL e ainda cuidava das roupas dos membros das FALENTIL. Além de ajudar a preparar as necessidades das forças FALENTIL, também fazia a propaganda política da FRETILIN ao povo. Dava politização e informação ao povo sobre o progresso das FALENTIL em todo o território quanto a seus combates e

⁶ A importância do *tais* durante a resistência é que ele era utilizado como camisa e calça para o uso dos membros da FALINTIL e os dirigentes políticos - até a própria população utilizava o *tais* durante a resistência no mato (nas montanhas, lugar de refúgio e moradia dos militantes da resistência) -, transformando-o em vestuário para o uso diário. Atualmente *tais* é também um tecido que representa a identidade do país, sendo usado em cerimônias importantes.

⁷ Filomena Soares foi uma das ativistas da resistência do país. Quando tinha 18 anos fugiu para o mato (para montanha Matebian) no período da ocupação Indonésia. Ali resolveu participar na OPMT.

⁸Essa entrevista foi concedida a mim, através do meio eletrônico whatsapp, no dia 29 de Março de 2018.

abatimentos contra a força da Indonésia, dando informação também ao povo sobre o progresso da política da frente diplomática no exterior do país. Depois em 1979, eu com as minhas companheiras, rendíamos para vila porque naquela altura a situação era muito complicada em termos de alimentação (menos comida). O pior era que o número decorrente das forças da Indonésia aumentavam cada vez mais, e eles todos os dias matavam muitas pessoas. Então não havia possibilidade de ficar no mato. Mesmo assim, a estratégia que os líderes como Xanana Gusmão, David Alex, Taur Matan Ruak, entre outros, traçaram incluía a montagem de três frentes: Frente Armada, Frente Clandestina e Frente Diplomata. Eu participava na frente Clandestina no grupo OPMT, na zona Nain Feto, região celeiro Dili, para dar apoio às forças da resistência. Continuava a organizar as mulheres para dar apoio às FALENTIL mandando materiais ou mantimentos. O encontro do grupo da “clandestina” na minha zona apenas acontecia pela noite porque na vila também existiam os espíões do grupo militar da Indonésia que chamávamos INTEL. Durante ocupação da Indonésia eu trabalhava na Rádio da Indonésia. Nesse emprego conheci muitas pessoas da Indonésia. Eles não gostavam de mim, pois sabiam que sou uma das pessoas pró-independência. Então um dia um deles foi queixar para os militares indonésios que eu com o meu marido guardávamos as armas para dar à FALENTIL. Depois, um dia, levou meu marido para fazer inquérito, como meu marido não respondeu o que eles queriam, então bateram nele. Mas Graças a Deus tudo correu bem, porque eles o deixaram, e meu marido voltou para casa. Mesmo que eu não tenha sofrido com violência física, sofri muito com a violência psicológica. Apesar disso, a minha atividade como radialista continuou até Timor-Leste conseguir a sua libertação.

De fato, o espírito da resistência do povo timorense crescia; assim como Filomena Soares, muitas mães e mulheres davam o seu apoio máximo para a independência do país. Segundo Guterres (2014, p.330-331)

Em 1979 os elementos da INTEL, que me vinham buscar para a prisão de Alas (no Município de Same). Quando chegamos a Alas, conduziram-me à prisão principal, onde já se encontrava a Soe Mali, Secretária da OPMT, e encaminharam-nos para a sala de interrogatórios. Foi aí que começou a vigorar a lei da violação, e percebi que não tinha ninguém para me defender. Todas as noites, a Soe Mali e eu éramos interrogadas numa sala improvisada no quarto dos militares indonésios. [...]interrogavam-nos sobre a situação da Resistência.

Ao observar o relato de Guterres, percebe-se que a prisão era um local onde eram levadas e interrogadas as pessoas que representavam ameaça ao sistema político indonésio, local em que sofriam vários tipos de violação de seus direitos. Olga da Silva Amaral relata:

A 20 de Agosto de 1989, na sequência do ataque das Falintil ao posto da Koramil em Dare, as forças Militares da Indonésia (ABRI) lançaram uma grande operação militar nas regiões de Dare e de Mauchiga. Incendiaram casas, incluindo a minha, e atacaram a escola primária. Capturaram mais homens que enviaram para Atauro. Ajudei um membro das Falintil que participou no ataque pelo que começaram a suspeitar de mim. Nessa noite fui presa em minha casa e levada para Dare. Na altura, estavam apenas mulheres detidas no posto do Koramil em Dare. As forças militares Indonésias (ABRI) cívicas timorenses armados que cooperam com os militares da indonésia na luta contra Falintil (Hansip), começaram a torturar cada um de nós. Antes de me violarem, agrediram-me na cabeça com uma cadeira de madeira até sagrar. Espaçaram-me na região costelas com uma espingarda e pontapearam-me na região lombar com botas militar até ficar incapaz de andar. Mas eles continuaram. Eletrocutam-me nos ouvidos, nas mãos e nos pés. O meu corpo saltava de um lado para outro até que senti que o sangue já não fluía dentro meu corpo e já não tinha mais força dentro de mim. Depois, começaram a violar-me. Quando terminaram, queimaram-me o rosto e os braços com pontas de cigarro.

Torturaram-me assim durante um mês, também me usar como escrava. Todos os dias tinha de lavar roupa, cozinhar e fazer outras coisas. Nessa altura a ABRI utilizava a instalação da escola, atrás do posto, como uma espécie de dormitório onde detinha as pessoas que tinham trazido da Mauchiga. Na realidade, era um local onde mantinha as mulheres para viver com eles. Era ali que eu vivia. Interrogavam-me diariamente sobre os dados inventados sobre mim por Hansip timorense. Se eu não respondesse de acordo com a informação falsa desse Hansip seria torturada ou violada. Eu não fui única que ser violada. Até as mulheres grávidas e as mães que ainda estavam a amamentar foram violadas. As crianças choravam, mas os ABRI limitam-se a ignorá-las, tudo o que queriam era satisfazer a sua luxúria. (CAVR, 2003, p.22)

Para Barreto (1991)⁹, durante a ocupação Indonésia do Timor-Leste, a população foi sempre vítima em todos os aspectos: bombardeamento, violência sexual, tortura, assassinatos pelas armas dos soldados indonésios. Uma das vítimas foi a esposa do comandante Aluk, torturada quando capturada pelas forças indonésias com o seu filho, devido à situação do marido naquele momento como comandante das FALINTIL no mato¹⁰. O seu filho Benindo nasceu no mato em março de 1989; foi levado e adotado pelo *tenente korone/Suryadi*, o vice-assistente de inteligência de Kodam Udayana em Bali para Jawa. Olinda, quando saiu da prisão, ouviu essas informações de que o filho dela tinha sido levado pelo militar da Indonésia e ficou abatida com essa situação. Tudo isto aconteceu por conta da resistência que tinha como o objetivo final a autodeterminação e a independência total para o povo Timor-Leste.

Segundo CAVR (2005), durante a ocupação das forças armadas indonésias, várias mulheres foram vítimas de ameaças psicológicas, torturas e violências sexuais. Até os dias atuais essas vítimas ainda guardam nas suas lembranças tudo o que se passou durante a ocupação, nas prisões, detenções ou nas localidades onde vivem/viviam. Várias mulheres foram vítimas de manterem relações sexuais obrigatórias pelos soldados indonésios por diversas razões: por terem parentes no mato, serem parentes de ou dirigentes da OPMT ou serem elementos cativos nas atividades clandestinas.

As mulheres vítimas de violência sofridas por meio das forças indonésias têm mostrado um quadro depressivo alarmante e as famílias muitas vezes apresentam relatórios contendo relatos de traumas dessas mulheres que sofreram violências sexuais e tiveram desrespeitados os seus direitos pelas forças indonésias. Essas vítimas necessitam de ajuda por parte de setores competentes para a recuperação o seu bem-estar.

O distrito de Suai é um exemplo representativo da brutal violência sexual sofrida pelas mulheres pelas forças indonésias e os seus apoiadores, após o referendo no ano de 1999.

⁹ Jornalista que escreveu matéria sobre Feto Timor-Mulheres de Timor veiculada em site http://amrtimor.org/docs/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=05002.120&numero_da_pagina=1

¹⁰ A ideia de mato refere-se às montanhas de Matebian, lugar de refúgio para a resistência, por ser de difícil acesso aos indonésios. Nesse local os timorenses da resistência viveram por cerca de três anos.

As mulheres que tinham gerado filhos frutos da violação sexual obrigatória passaram a carregar um nível de sofrimento ainda mais intenso. Essas mulheres vítimas violência necessitaram de apoio para poderem recuperar as suas dignidades pessoais perante o público.

De acordo com documentos do CAVR (2005, p.99),

no geral, as mulheres representaram 13,9% das vítimas nos casos de prisão arbitrária, 12,3% nos casos de tortura e 6,872% nos casos de maus-tratos. Este envasamento dos dados no que se refere ao gênero reflete o facto dos homens estavam na linha da frente do conflito, lutando no conflito interno armado e integrando a Resistência armada ou as redes clandestinas durante a ocupação, e que número de mulheres que deu testemunhos foi inferior ao de homens. Só 21% dos testemunhos recolhidos no processo de recolha de testemunhos da Comissão foram dados por mulheres.

Diante desse conflito as mulheres são ao mesmo tempo agentes(participam da luta pela independência) e vítimas(consequência de participação da luta contra os invasores no Timor-Leste) . Com coragem defendeu o seu povo, o seu território, para atingir a libertação do Timor-Leste. As mulheres timorenses participavam das atividades da OPMT, ajudando os homens na luta física e política durante a guerra. A participação da mulher timorense era efetiva e ativa em termos de ajuda material, moral e outras atividades que favoreciam diretamente os guerrilheiros. As mulheres que se encontravam nas vilas faziam esforços máximos para contribuírem com apoios moral e logístico aos guerrilheiros durante a ocupação. Entretanto, ao participarem do movimento da resistência no mato, como já dito, muitas foram capturadas, torturadas e violentadas sexualmente pelos soldados indonésios. Assim, se por um lado foram agentes de resistência, por outro, as mulheres timorenses foram também vítimas durante a ocupação das forças Indonésias em Timor-Leste.

Durante a resistência, as mulheres timorenses ofereceram apoio direto e indireto aos líderes e guerrilheiros, tanto no interior como no exterior. No exterior, as mulheres participaram nas atividades políticas pedindo auxílio às nações amigas e às Nações Unidas para apoiar a determinação e o processo para a independência de Timor-Leste. Várias mulheres participaram da política externa junto com os líderes da resistência no exterior em união com os líderes da frente diplomática, para a expansão da política externa aos países amigos, a fim de darem seu apoio político à autodeterminação e à Independência de Timor.

Percebe-se, então, que durante a luta pela independência até a atualidade, a mulher timorense vem buscando maior participação social e autonomia – algo que só se tornou possível devido ao movimento feminista que influenciou o processo de emancipação de mulheres, especialmente nos países do Terceiro-Mundo. Desse modo, para Walby (2000, p.253):

a organização das mulheres em torno de suas próprias demandas esteve intimamente relacionada com os movimentos nacionalistas. Elas raramente se organizaram em

caráter autônomo, tendo sido, mais comumente, facções ou correntes subsidiárias de grupos nacionalistas dominados por homens.

Essa organização ocorreu acentuadamente no período de resistência contra as forças indonésias, como visto, e com a intervenção da ONU. Por meio das missões das Nações Unidas ocorreu à criação da Rede Feto (Rede das Mulheres) que proporcionou apoio à mulher timorense, como veremos com mais detalhe no próximo capítulo.

3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA PÓS-INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE

As discussões empreendidas nos capítulos anteriores mostram um pouco da história política do Timor-Leste como suporte para que, em seguida, seja evidenciado o objeto de estudo que será descrito no presente capítulo. Neste, será realizada uma análise sistematizada das participações das mulheres na política no Timor-Leste pós-independência no ano de 2002 e sua atuação no planejamento estrutural e político do país. Serão vistas, ainda, as suas principais contribuições para o cenário político no âmbito internacional na questão de igualdade de gênero.

3.1 Intervenções femininas na estrutura política do Timor-Leste

O gênero feminino com o passar dos anos adquiriu mais espaço e notoriedade. No campo político esse reflexo se deu com mulheres exercendo funções como monarcas, chefes de Estados, ministras, deputadas. Encontra-se na história, mulheres com grande destaque que comandavam Estados e até mesmo a frente de batalhas, pois se “engajaram em ações violentas, como Rainha Vitória, Margaret Thatcher e Golda Meir” (SARFATI, 2005, p.294).

No caso das mulheres timorenses, esse espaço de notoriedade teve origem durante o processo de resistência e luta pela independência. Como vimos no capítulo anterior, durante a ocupação, a mulher timorense assumiu funções e responsabilidades como mãe e/ou ativista. De acordo com Aparício (2017, p.1),

A independência do povo timorense resultou da luta de todos os povos de Timor-Leste. Portanto, a preservação da independência e a construção da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) exige igualmente a participação de toda a população. Tal como o Presidente da República Taur Matan Ruak afirmou ‘construir uma vida melhor, sem exclusão de ninguém, requer a participação de todos, homens e mulheres, em todos os sucos e aldeias do país. As mulheres são metade da Nação e têm nas mãos a alta responsabilidade de criar e educar os filhos, lado a lado com os homens, além de contribuírem para a economia familiar. O país tem de respeitar e estimular mais a contribuição e a participação das mulheres timorenses na construção da Nação.

A luta pela independência do Timor-Leste foi uma luta constante de toda a população do país e exigiu a participação de todos os indivíduos. Para Abrantes (2010), os artigos 16 e 17 da Constituição do Timor-Leste garantiram os direitos fundamentais que as mulheres adquiridas durante o conflito no país. Assim descrevem os artigos,

Artigo 16.º (Universalidade e igualdade)

1. Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres.

2. Ninguém pode ser discriminado com base na cor, raça, estado civil, sexo, origem étnica, língua, posição social ou situação económica, convicções políticas ou ideológicas, religião, instrução ou condição física ou mental.

Artigo 17.º (Igualdade entre mulheres e homens). A mulher e o homem têm os mesmos direitos e obrigações em todos os domínios da vida familiar, cultural, social, económica e política.¹¹ (CONSTITUIÇÃO DA RDTL, 2010, p. 12)

Os artigos acima descritos demonstram os direitos adquiridos pelas mulheres timorenses para assegurar os seus direitos dentro do país.

Segundo Almeida (2017), esta ação deu garantias às mulheres para participarem na vida política. Nas eleições de agosto de 2001 estavam registrados, a nível nacional, 16 partidos políticos, que compreendiam 991 candidatos; 268 deles eram mulheres, ou seja, 27% do total. Além desses 16 partidos políticos, concorriam ainda, pelo círculo nacional, 5 candidatos independentes, dos quais 3 eram mulheres eleitas pelas representantes da Rede Feto (Rede das Mulheres Timorenses), uma organização que englobava 15 ONGS de mulheres e grupos de mulheres. Para os círculos regionais, além dos candidatos pelos partidos políticos, registraram-se 11 candidatos independentes, 3 dos quais eram mulheres.

O Timor-Leste sendo um Estado Democrático, independente, soberano tem um modo próprio de governar o seu país. O sistema político do Timor-Leste corresponde a uma República Constitucional Semi-Presidencialista, constituído por quatro órgãos de Soberania: O Presidente da República, o Governo, o Parlamento Nacional e os Tribunais. Contudo, no nível das comunidades, ainda existem mais os Líderes Comunitários, personagens atuantes dentro da sociedade timorense principalmente nos Bairros. Com isso, para entender as funções e o sistema de governança desses órgãos, deve-se acompanhar a tabela a seguir.

¹¹ Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), Site oficial do Gog,TL: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf: Acesso no dia 16 de Maio de 2018.

Tabela 1 - Dos Órgãos Competentes do Estado Democrático de Timor-Leste

 Sistema Político Nacional da República Democrática de Timor-Leste (RDTL)	
Presidente	<p>O Chefe de Estado é o Presidente da República, que é eleito por sufrágio direto e universal para um mandato de 5 anos. O Presidente da República é quem garante a Constituição, a unidade do Estado e regula o funcionamento das instituições democráticas, cabendo-lhe promulgar os diplomas legislativos aprovados pelo Governo ou pelo Parlamento Nacional, podendo exercer o direito de veto sobre os mesmos. O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas.</p> <p>Na sequência das eleições para o Parlamento Nacional, o Presidente da República convida o líder do partido mais votado ou da aliança de partidos com maioria parlamentar para formar o Governo. Compete ainda ao Presidente da República presidir o Conselho de Estado e o Conselho Superior de Defesa e Segurança.</p>
Parlamento Nacional	<p>O Parlamento Nacional, órgão legislativo, de fiscalização e de decisão política, é composto por um mínimo de 52 e um máximo de 65 deputados, sendo os mesmos eleitos por voto popular para mandatos de 5 anos. Cabe à lei eleitoral estabelecer o número de deputados que compõem o Parlamento Nacional, no presente constituído por 65. Às eleições legislativas concorrem partidos políticos, organizados em listas ordenadas de candidatos.</p>
Governo	<p>O Governo, que também pode fazer leis em determinadas matérias, sob a forma de decretos-lei, é o órgão executivo do Estado e o órgão superior da Administração Pública, sendo responsável pela elaboração e implementação do Programa de Governo, o qual contém a política geral do país, para a legislatura de 5 anos. O Primeiro-Ministro é o Chefe do Governo.</p>
Tribunais	<p>Os tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo. No exercício das suas funções, os tribunais têm direito à coadjuvação das outras autoridades.</p> <p>As decisões dos tribunais são de cumprimento obrigatório e prevalecem sobre todas as decisões de quaisquer autoridades.</p>

<p>Líderes Comunitários: Governo ou dos Municípios</p>	<p>O Governo ou o Município fornece recursos e materiais; financiam os Sucos para garantir o seu bom funcionamento e desenvolvimento. O montante a ser atribuído aos Sucos é proposto pelo Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território ou pela Assembleia Municipal tendo em conta proposta apresentada pelo Conselho de Suco.</p>
<p>Chefe de Suco¹²</p>	<p>É o líder comunitário eleito para dirigir as atividades desenvolvidas pela comunidade num determinado Suco, em áreas que concorrem para a consolidação da unidade nacional e para a produção de bens e serviços com vista à satisfação das necessidades básicas de vida e desenvolvimento, em estreita articulação com o Conselho de Suco. O Conselho de Suco é o órgão coletivo e consultivo do Suco, que se destina a coadjuvar e aconselhar o Chefe de Suco no exercício das suas funções, cabendo-lhe trabalhar em favor dos interesses da comunidade local e sem prejuízo dos interesses nacionais. O Conselho de Suco é composto pelo Chefe de Suco, pelos chefes de todas as aldeias que compõem o Suco e ainda pelos seguintes membros: duas mulheres; dois jovens, um por cada sexo; um ancião ou anciã; um <i>lian nain</i> (Orador tradicional).</p>
<p>Chefe de Aldeia¹³</p>	<p>Ao Chefe de Aldeia, enquanto membro do Conselho de Suco e sem prejuízo das competências a fixar em lei, compete:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ser membro do Conselho de Suco em representação da Aldeia; b) Implementar as decisões aprovadas pelo Conselho de Suco e que tenham implicações para a Aldeia; c) Fornecer ao Chefe de Suco os elementos por este solicitados, necessários à articulação com os ministérios e a Administração Local; d) Favorecer a criação de estruturas de base para composição e resolução de pequenos conflitos que surjam na Aldeia; e) Garantir a criação de mecanismos de prevenção da violência doméstica, designadamente através de campanhas de educação cívica na respectiva aldeia.

Fonte: Timor-Leste – Divisões Administrativas

A Tabela mostra o estabelecimento dos pilares importantes do país do Timor-Leste, seguindo o princípio da separação e da interdependência dos poderes, conforme lei constitucional timorense.

¹² Um aglomerado de comunidades (bairros) que lutam pelo interesse de todos os indivíduos.

¹³ Uma comunidade composta por um pequeno número de moradores que escolhem um representante para lutar por seus interesses no município

De acordo com a lei número 2/2004 de 18 de fevereiro¹⁴ da liderança comunitária, as eleições dos chefes do Suco e do Conselho dos Sucos foram realizadas nos anos de 2004 e 2005. Em decorrência da proximidade das eleições presidenciais, a estrutura dos Sucos devem ser bem preparadas. No entanto, com as experiências da administração durante as eleições de 2007, a comissão eleitoral precisou fazer mudanças significativas para garantir um processo eleitoral bem sucedido e democrático.

Abrantes (2010, p.24) ressalta que no Timor-Leste,

a constituição aprovada em 22 de março de 2002, prevê a liberdade de associação (artigo 43^a) e a participação direta ativa de mulheres e homens na vida política, além da igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função de sexo no acesso a cargos políticos (Artigo 63^a).

A busca pela igualdade dos sexos tem sido implementada pelo governo timorense após a restauração da independência, favorecendo o direito das mulheres em participar de forma mais efetiva na vida social e política. Tal fato se evidencia

Se examinarmos os representantes do povo no Parlamento Nacional: na I^a Legislatura (2001-2007) houve 24 deputadas entre 88 parlamentares, ou seja 27% de mulheres no Parlamento Nacional; na II^a Legislatura (2007-2012) houve 19 deputadas num total de 65 representantes do povo, subindo assim a participação de mulheres no Parlamento Nacional para 29%; atualmente, na III^a Legislatura (2012-2017). (ALMEIDA, 2017, p.42-43)

A tabela abaixo mostra o número de mulheres que ocuparam o III Legislativo do Timor Leste de 2012 a 2017:

TABELA 2 - III LEGISLATURAPARLAMENTAR 2012-2017 (DEPUTADAS)

Nº	NOME DAS DEPUTADAS	CARGOS	PARTIDOS
1	Maria Fernanda Lay	Secretária da Mesa	CNRT
2	Domingas A. Silva (Bilou Mali)	Vice- secretária da Mesa	CNRT
3	Ângela M. C da A. Sarmento	Vice-secretária da Mesa	CNRT
4	Virginia Ana Belo		CNRT
5	Brígida Antonia Correia		CNRT
6	Maria Rosa de Câmara (BiSoi)		CNRT
7	Izilda M. da Luz Pereira Soares		CNRT
8	Maria de F. Imaculada C.C Belo		CNRT
9	Carmelita Caetano Moniz	Presidente Comissão A	CNRT
10	Albina Marçal Freitas		CNRT
11	Benedita Moniz Magno		CNRT
12	Josefa Alvares Pereira Soares		CNRT
13	Joaninha de Jesus		CNRT

¹⁴ República Democrática de Timor-Leste, Lei do Parlamento 3/2009 (Liderança Comunitária e sua eleição), 2009. Disponível em <<http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/838>>. Acesso 21 de Mai 2018.

14	Aurora Ximenes		FRETILIN
15	Florentinha da C. dos Reis		FRETILIN
16	Maria Angélica R. da C dos Reis		FRETILIN
17	Ana da Conceição Ribeiro		FRETILIN
18	Angélica da Costa		FRETILIN
19	Anastácia da Costa S. Amaral		FRETILIN
20	Angelina M. de Jesus		PD
21	Jacinta Abu Cau Pereira	Presidente Comissão D	PD
22	Olinda Morais		PD
23	Maria L. M. de Sousa Bessa	Presidente de Bancada	PD
24	Benvinda Catarina Rodrigues	Presidente de Bancada	FRENTI- MUDANÇA

Fonte: ALMEIDA (2017, p.43-44)

A tabela mostra-nos uma representatividade significativa de mulheres ocupando cargos políticos. Ser um membro legislativo desde a primeira até terceira legislatura trouxe mudança no cenário político, ou seja, aumentou gradativamente o espaço das mulheres como representante do povo, comparado com a primeira legislatura.

Segundo Almeida (2017), Maria Paixão Costa era deputada da IIª legislatura, foi a primeira mulher que assumiu o cargo como vice-secretária do Parlamento Nacional. Para Maria Paixão a situação mais complicada foi quando teve crise política, principalmente quando o ex-presidente José Ramos Horta foi atacado pelo grupo rebelde liderado pelo major Alfredo Reinado, no dia 11 de fevereiro de 2008. Nessa ocasião, ela e Vicente Guterres foram chamados por Horta. Durante a reunião o presidente nomeou Maria Paixão como Presidente da República Interina, porém ela rejeitou por não se sentir capaz de assumir o cargo. No entanto, ela assumiu a presidência do Parlamento Nacional, interinamente, pois o presidente do Parlamento, Fernando Lasama de Araújo, estava no exterior. Durante a sua missão, tinha uma grande responsabilidade: ela conseguiu reunir os membros do PN e, no prazo de dois dias e duas noites, os deputados conseguiram elaborar a legislação sobre Estado de Sítio e estado de Emergência.

De acordo Almeida (2017), a experiência de Maria Paixão Costa no Parlamento Nacional de Timor-Leste durante os dois períodos referidos mostra que as mulheres têm um papel importante, podendo tomar decisões que determinam a segurança e a estabilidade do país. Mesmo assim, o nível de participação das mulheres no espaço político ainda está baixo.

Conforme dados oficiais informados no site do Governo de Timor-Leste¹⁵ (2018), o composto da estrutura do VII Governo Constitucional revela que o perfil predominante é dos homens. Baseando-se no nível de quantidade, o total das posições principais do governo compostas por ministros, vice-ministros e secretarias do estado são 32 masculinas e 6 femininas.

De acordo com a Missão da Observação Eleitoral da União Europeia¹⁶, Maria Ângela Freitas foi a única mulher que concorreu à Presidência da República nas eleições do dia 20 de março de 2017. Isto mostra que as mulheres também continuam a lutar e a participar na esfera política, para buscar a igualdade de gênero dentro dessa sociedade.

As mulheres também ocupam a liderança em nível local como líderes comunitárias:

Entre 2004-2009, sete mulheres foram eleitas chefes de sucos: Madalena Mendonça no suco Faisoi, posto administrativo de Lequidoe, município de Aileu; Alice Silva no suco Soro, posto administrativo de Ainaro Vila, município de Ainaro; Teresinha dos Reis no suco Bucoli; Maria Boa Vida, no suco Gariuai; e Teresinha de Fátima no suco Triloca, todos estes no posto administrativo de Baucau Vila, município de Baucau; Francisca dos Santos no suco Soba, posto administrativo de Baucau de Laga, município Baucau e Rita da Costa no suco Liaruca, posto administrativo de Óssú, município de Viqueque.

Já nas eleições de 2009, 11 mulheres foram eleitas para assumir a função de chefes de sucos: Filomena Madalena Mendonça Soares no Suco, Faisoi, posto administrativo de Liquidoe, município de Aileu; Cipriano de Araújo no suco Soro, posto administrativo de Ainaro Vila, município de Ainaro; Teresinha de Deus dos Reis no suco Bucoli, Maria Lídia Boavida no suco Gariuai, Teresinha Maria de Fátima C. de Sá no suco Triloca, todos estes no posto administrativo de Baucau Vila, município de Baucau; Francisca Mónica dos Santos F. Soares no suco Soba, posto administrativo de Laga, município de Baucau; Maria S. de Jesus Rosa no suco Ritabou, posto administrativo de Maliana município de Bobonaro; Maria Fátima no suco Maudemo, posto administrativo de Tilomar, município de Covalima; Cristalina Quintão no suco Railaco Leten, posto administrativo Railaco, município de Ermera; Rita da Costa Monteiro no suco Liaruca, posto administrativo Óssú, município de Viqueque e Joana M. Fonseca Pinto no suco Afaloicai, posto administrativo Watukarbau, município Viqueque. (ALMEIDA,2017,p.71)

A participação das mulheres na comunidade, principalmente as que vivem nos Sucos e nas Aldeias e que conseguiram o poder local, corresponde a uma base importante para desenvolver a sua capacidade e potencial na vida política. Segundo Almeida (2017,p.73-74)

nas eleições locais de 2016, houvesse 319 candidatas a chefes de suco, embora apenas 21 tivessem conseguido alcançar esse cargo. No município de Aileu foram eleitas 4 mulheres num total de 31 sucos, no de Ainaro 1 mulher em 21 sucos, no de Baucau 5 mulheres em 59 sucos, no de Covalima 1 mulher em 30 sucos, no de Díli 4 mulheres em 31 sucos, no de Manatuto 2 mulheres em 29 sucos, no de Manufahi 2

¹⁵ Composição do VII Governo Constitucional disponível no site oficial do Governo do Timor-Leste: <http://timor-leste.gov.tl/?p=13>

¹⁶ Missão da Observação Eleitoral da União Europeia, Timor-Leste, Eleição presidencial e Legislativo, 2017 https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/moe_ue_declaracao_preliminar_0.pdf

mulheres em 29 sucos, no de Liquiçá 1 mulher em 23 sucos e no de Viqueque 1 mulher em 34 sucos. Ou seja, apesar de o número de mulheres chefes de sucos ter quase duplicado, em quatro dos treze municípios de Timor-Leste continua a não haver nenhuma e elas constituem uma ínfima minoria (4,75%) dos 442 líderes locais. Ainda assim, são mais numerosas do que na Indonésia (3,9%), mas menos do que no Vietname (5,7%), na Tailândia (6,4%) e sobretudo nas Filipinas (25%).

No ano de 2016, as eleições locais tiveram um percentual significativo para o país de participantes na luta pela presidência do Timor-Leste. Deste total o número de mulheres se comparados com anos anteriores à independência representou um avanço expressivo no cenário.

Nota-se que o empoderamento das mulheres é importante para o desenvolvimento do país. A inserção das mulheres na política eleva sua posição dentro da sociedade, além de ter o poder de transformar o país. Para Abrantes (2010, p.28-29):

A ideia de empoderamento, portanto, representa importante papel na mobilização social de mulheres em torno de contextos específicos, como o desenvolvimento sustentável local, orientado não só para a emergência de projetos e ações de fortalecimento de grupos sociais tradicionalmente negligenciados dos processos políticos, mas também significativo espaço institucional de articulação e emergência de novos agentes/atores políticos envolvidos na transformação democrática da relação Estado-sociedade no Timor-leste.

O empoderamento das mulheres no Timor-Leste, como visto, foi objeto de lutas perante as ações governamentais. A atuação feminina durante e após a ocupação indonésia vem contribuindo para o cenário político no que se refere à igualdade de gênero no Timor-Leste e em um âmbito mais geral.

3.2 Contribuições das mulheres timorenses para o cenário político no âmbito da igualdade de gênero

Segundo Araújo (2012), no século XX se iniciaram a luta e a participação das mulheres em busca da cidadania e sua inserção na vida política e/ou nos movimentos sociais – tais temas fazem parte da agenda feminista. Embora tenham buscado ocupar esses lugares, ainda é muito difícil para as mulheres assumirem no campo da política institucional cargos de poder decisório.

Esta política consagra a participação efetiva das mulheres nessa ação. Indica mudanças, sobretudo nas ações políticas das mulheres. Esta mudança é para verificar a luta das mulheres em conjunto durante este período. Assim, nos anos 1970 e boa parte também na década de 1980, a mulher iniciava a participação ativa nos movimentos sociais. Já nos anos

2000, o programa político estava concentrado mais para o assunto da democracia, cidadania e a participação ativa das mulheres no campo da política: houve uma maior interação entre movimentos feministas e o Estado; a participação ativa das mulheres na máquina governamental, principalmente na inserção na política do gênero e igualdade.

Segundo Abrantes (2010), o movimento de mulheres, espalhado atualmente em todo o território do Timor, historicamente já tinha sido marcado pela presença durante a ocupação feita pela Indonésia. Com o passar dos anos, após a reconquista do seu país, as mulheres continuaram atuando politicamente. Diante desse contexto, as mulheres timorenses constituíram movimentos sociais, apoiadas pela ONU, com o objetivo de reivindicar os seus direitos e sua cidadania, como também influenciar mudanças na formação da sociedade civil do novo país.

Alguns dos movimentos sociais no Timor-Leste são ramificações da Rede Feto Timor Lorosa'e espalhados no país: ALOLA Foundation, Aliança Mulher Socialista de Timor. (AMST), Ásia Pacific Support Collective, Timor-Leste, (APSC-TL) Associação dos Juristas. (AUMETAN), Women's in Politic (CAUCUS), East Timor Women's Against Violence (ETWAVE), Feto Kiik Servisu Hamutuk, (FKSH), Fundasaun Moris Foun (FMF), Forum Komunikasi Untuk Perempuan Timor-Leste(FOKUPERS), Grupo Feto Foin Sa'e (GFFTL), Instituto Maun Alin Iha Kristu (ISMAIK), Organização da Mulher Timor (OMT), Organização Popular de Mulher Timor, (OPMT), Prontu Atu Serbi (PAS), Santa Bakhita Sagrada Família, União Feto Timor Ba Progresso (UNIFETIP) (ABRANTES, 2010, p.51).

Para Godinho e Silveira (2004), a posição das mulheres neste movimento deve ser reconhecida com a sua própria autonomia, para dar força e formação adequada na inclusão social e política pública. Assim, para fazer mudanças apropriadas no seio do povo, é necessário que as mulheres tenham a vontade de participar nas organizações sociais, para aprenderem mais sobre as políticas públicas.

De acordo com Abrantes (2010), o movimento de mulheres tinha realizado o seu primeiro Congresso Nacional no período de 14 a 17 de junho de 2000, com a participação de aproximadamente 550 mulheres, vindas de todas as partes do território de Timor-Leste, representantes de organizações, instituições e simpatizantes internacionais.

O movimento de mulheres busca em sua trajetória conquistar respeito e o direito das mulheres na luta contra a desigualdade de gênero. Com isso, segundo Aparício (2017), a Rede Feto Timor-Leste é uma organização formada pelas mulheres timorenses, constituída por 14 organizações nacionais que se expandem em todo o território. O seu programa principal é proteger o interesse das mulheres através das formações específicas e a participação ativa nos

partidos políticos. A Rede Feto está dedicando a sua missão mais para as áreas de educação, saúde, lutando contra a violência doméstica, agricultura, política, com atenção especial aos jovens, e ao empoderamento econômico das mulheres.

Se olharmos para os programas e atividades da Rede Feto, enquanto aglutinadora da ação de todas as organizações de mulheres em Timor-Leste, o seu papel é da maior importância dado o poder de influência que exerce junto ao governo e ao parlamento nacional. Igualmente interessante, contudo, é a abertura do Governo e do Parlamento Nacional para aceitar e ouvir qualquer organização cívica, incluindo todas as mulheres que se estão a esforçar para ajudar os outros a conhecer e perceber a igualdade de género, os direitos e as obrigações de todos, homens e mulheres. Todas as pessoas têm o direito de participar no desenvolvimento nacional de Timor-Leste. (APARICÍO, 2017,p.34)

Observando-se o aprofundamento do papel principal da Rede Feto Timor-Leste, verifica-se que é uma organização de mulheres que têm o poder de colaborar com o governo e o Parlamento Nacional para reconhecer e respeitar a igualdade do género, para que todos possam participar no processo de *state-bulding* e *nation-bulding*.

Sabemos que o mandato do 4^a Governo Constitucional para a Secretaria do Estado da promoção de Igualdade dava mais atenção em como promover a igualdade de direito entre mulheres e homens, para de obter o mesmo tratamento em todos os aspectos da vida. Essa política que o governo estabeleceu para implementar uma política de integração de género servirá como grande prioridade e conseguirmos identificar quatro ministérios prioritárias dessa política, os quais são: da Educação, da Saúde, da Agricultura, e da Justiça. Esses são pilares e são muito importantes, dentro outros ministérios, na programação da política da abordagem de integração de género. Além disso, assessoramos o programa de género para o desenvolvimento de cada ministério e planejamentos juntos, com os direitos de planejamentos e finanças, analisar os seus planos e como irão refletir na situação atual do Timor-leste. (ABRANTES, 2010, p. 146)

Nesse sentido, a respeito da promoção de igualdade de género no Timor-Leste, a Secretaria do Estado da Promoção da Igualdade tomou uma decisão efetiva para promover o direito e a igualdade entre o homem e a mulher em todos os aspectos. Essa política reforça ser necessário criar programas adequados para assegurar e analisar os planos que condizem com a situação do país. Segundo Abrantes (2010), a constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), garante a política de direito à igualdade de género, dando garantias também do direito ao trabalho, conforme os artigos 17 e 50. A convenção dos direitos da mulher contra qualquer ato de discriminação foi ratificada pelo Timor-Leste no ano de 2000. A secretaria do Estado declara os direitos consagrados e determina que as mulheres tenham o direito igual como qualquer homem.

Salienta Godinho e Silveira (2004, p.70) que um Estado democrático tem a obrigação de implementar e preparar políticas que tenham um reconhecimento legal sobre a desigualdade do poder entre os géneros. Assim, poderá haver uma política que define também

a desigualdade, reconhecendo-se a existência das ações que dão valor às mulheres que vivem intimidadas pela sociedade. As mulheres devem ter a coragem de enfrentar algumas mudanças que tenham ligação com a política.

De acordo Almeida (2017), hoje o povo do Timor está participando intensivamente da vida política. Tanto homens quanto mulheres têm o mesmo direito de participar da política, através dos seus partidos políticos, a exemplo do que ocorreu com a ex-deputada Fernanda Borges, que venceu as eleições parlamentares, atuando no período de 2007 a 2012, cujo partido obteve assento parlamentar e ela conseguiu transmitir a voz do povo nas discussões do Parlamento Nacional. Na visão de Almeida,

Partindo da história da luta das mulheres pela independência, vemos que cada uma, à sua maneira, deu uma grande contribuição para a vida política em Timor-Leste, quer através dos partidos políticos quer através de Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais. Do meu ponto de vista, as mulheres são muito ativas na vida política em Timor-Leste. Elas envolvem-se nos partidos políticos existentes e até houve algumas mulheres que fundaram os seus próprios partidos, como Fernanda Borges que fundou o Partido de Unidade Nacional (PUN), Aliança de Araújo que fundou o Partido Timorense Democrata (PTD) e Martinha da Silva que fundou o Partido Klibur Unidade Timor Oan (KUNTO) (ALMEIDA, 2017, p.30-31)

Como podemos observar, Almeida (2017) nos aponta os esforços e as contribuições das mulheres timorenses através da inserção da mulher na política para buscar a igualdade de gênero dentro da sociedade timorense, a exemplo de Fernanda Borges, Aliança de Araújo e Martinha da Silva, que contribuíram politicamente com a criação de seus partidos.

Participar na vida política é um grande desafio para as mulheres timorenses, pois na realidade elas estão enfrentando a cultura patriarcal dentro da própria sociedade. Segundo Simião (2015, p.137-138):

Mulheres não poderiam tomar parte nas decisões negociadas nas formas locais e na justiça. Estes espaços de decisão eram prerrogativas masculinas. Os homens costumavam justificar essa atitude escorados em uma tradição. Dizem: ‘Segundo nosso kultura, a nossa lei não escrita, não se dá licença para as mulheres tomarem decisão na adat. É nossa tradição desde o tempo do nosso avó’. Em um dos grupos, instigado pela minha constante insatisfação com este tipo de resposta, um dos senhores racionalizou de seguinte forma este motivo: ‘Não podem porque as mulheres têm cabeça quente. Não conseguem tomar decisões com a frieza necessária’. Já as mulheres costumavam argumentar de outra forma: ‘Não podemos porque as mulheres não têm tempo, ou tem muito vergonha’.

Por meio de ato tradicional do uso e costume, as mulheres não têm o poder legítimo e o direito de tomar decisões a respeito de qualquer problema ou encaminhar algumas soluções. Este costume tradicional é um hábito cultural e tradicional que já existia entre seus antepassados. Além disso, também se afirma que a mulher é inferior perante o

homem, inferiorizando também como consequência a capacidade e a ocupação diária efetuada pelas mulheres dentro da família.

Mesmo que o sistema patriarcal tenha influenciado muito a sociedade, o artigo 17 e 50 da Constituição timorense e a Convenção dos direitos da mulher ajudam as mulheres a participarem do processo de desenvolvimento do país. Nesse contexto, surge à coligação multipartidária de mulheres parlamentares de Timor-Leste (GMPTL), a qual foi aprovada pelo Parlamento Nacional no dia 28 de março de 2006, de lei número 06 /2006 e foi publicado no boletim da República no dia 12 de abril 2006.

Ainda no artigo 4^a são objetivos gerais do grupo GMPTL: i) promover as mulheres no cenário político nacional; ii) participar livremente na vida política e debates, principalmente sobre a promoção de igualdade de direito; iii) cooperar e colaborar com as organizações nacionais e internacionais do grupo das mulheres parlamentares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); iv) apoiar a participação das deputadas timorenses nas atividades desenvolvidas na rede da CPLP, ou em outra entidade nacional ou internacional; v) promover comunicação e discussão com as instituições nacionais e internacionais relacionadas com a meta do GMPTL; vi) continuar desenvolvendo com todas as atividades que são consideradas úteis para beneficiar o interesse comum (Parlamento Nacional, 2016).

Segundo Abrantes (2010), o grupo de mulheres parlamentares do Timor-Leste é muito sólido e forte. Isto verifica-se claramente através das suas reuniões semanais, em que apresentam suas propostas que normalmente são aprovadas. No contexto do Parlamento Nacional (PN), esse grupo desempenha sua função fazendo análises das propostas apresentadas e apresenta outras tantas com intenção de levar o direito das mulheres para as discussões importantes a nível nacional. Além disso, baseando-se no artigo 17, que define o direito igual entre homem e mulher, o GMPTL também vem discutindo a participação das mulheres no desenvolvimento econômico desse país. Para Aparício (2017,p.62-63),

De acordo com Apolo Justino França da Silva, presidente da Comissão do Dili Weekend Market, o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente (MCIA) presta assistência a mulheres que têm grupos cooperativos para impulsionar o crescimento econômico. A partir de fevereiro de 2016, o MCIA tentou ajudar os grupos de cooperativas que existem em Dili, executando uma atividade de vendas que é o Dili Weekend Market. A atividade é assim chamada porque só ocorre durante três dias, sexta-feira, sábado e domingo. O Presidente da Comissão do Dili Weekend Market confirma que as mulheres que receberam assistência sob a forma de dinheiro e equipamentos foram identificadas através de um estudo, de entre as que integram grupos cooperativos que se esforçam por melhorar o crescimento econômico. Apolo Silva entende que o crescimento econômico depende, quer do desempenho de uma atividade individual concreta através da qual se pode ganhar dinheiro, quer do trabalho conjunto, em grupos ou cooperativas, porque assim as pessoas ajudam-se e complementam o trabalho uns dos outros.

Estas cooperativas recebem o apoio de funcionamento e impulsionam a economia do país, estando disponíveis três vezes por semana para atender às necessidades da população. De acordo com Aparício (2017), de fato as mulheres tomavam iniciativa própria, procurando meios para contribuir no andamento do desenvolvimento local e na manutenção de sua família. Isto mostra uma boa capacidade de autonomia das mulheres, em certos municípios.

No bairro Barikafa, município de Lautem, as mulheres estabeleceram uma cooperativa com o nome Oan Kiak (grupo carente) formada por 24 componentes. O grupo foi criado no ano de 2003 com financiamento do *Concern* Internacional na quantia de 100 dólares americanos. Essa ajuda foi para comprar alimentos que seriam revendidos na cooperativa, para suprir necessidades básicas da população com a venda de café, chá e açúcar. Assim, por meio desta cooperativa, elas puderam obter dinheiro para comprar material escolar para os seus filhos e suprir as necessidades da família. No primeiro ano, cada mulher recebeu 12 dólares; já no ano de 2012 cada membro conseguiu receber 60 dólares em cada mês.

Como vimos na descrição do contexto acima, há em Timor-Leste uma política de reforçar a participação das mulheres na vida econômica. Assim, o programa de governo timorense tem investido em alguns setores econômicos do país. Um deles está voltado para apoiar as mulheres, baseado no decreto lei 16/2008¹⁷, no artigo 9º da Direção Nacional da Política e Desenvolvimento de Gênero que aprovou a lei orgânica da secretaria de Estado da promoção da Igualdade (SEPI), sendo no VI Governo modificada a denominação para Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconômica da Mulher (SEAPSEM).

Segundo o site do Governo do Timor-Leste¹⁸, a SEAPSEM conseguiu levar as mulheres a participarem do desenvolvimento econômico do país, através do acordo com a empresa de desenvolvimento turístico Artca Indonésia, com objetivo de capacitar as mulheres de Timor na produção do *tais* tradicional (tecelagem manual regional), transformando-o em peça industrializada. Essa atividade de empoderamento socioeconômico das mulheres se traduz automaticamente em possibilidades de igualdade de gênero e de eliminação das discriminações dentro da família e da sociedade.

¹⁷ República Democrática de Timor-Leste, decreto lei Nº 16/2008, site oficial do governo Timor-Leste. <http://mj.gov.tl/jornal/lawsTL/RDTL-Law/RDTL-Decree-LawsP/1a%20Alter%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Decreto-Lei%20No.16-2008,%20de%204%20de%20Junho,%20que%20aprovou%20a%20organica%20da%20Secretaria%20de%20Estado%20da%20Promocao%20da%20Igualdade.pdf>

¹⁸ Reforçar as mulheres de Timor-Leste na vida Econômica, Site oficial do governo de Timor-Leste; <http://timor-leste.gov.tl/?p=16181&n=1>

Cabe lembrar, que o que vem ocorrendo no Timor-Leste corresponde a uma luta antiga, afetando não somente a vida cotidiana das mulheres, mas também presente no âmbito acadêmico e tornando-se matéria de política mundial. De acordo com Junior e Sandes (2011), ainda que a questão de gênero tenha sido negligenciada no âmbito da Teoria das Relações Internacionais, limitando uma compreensão holística do papel da mulher no exercício da atividade política e maior participação nas relações de poder, a mulher tem desempenhado papel relevante nos principais processos da política mundial, principalmente a partir da década de 1980.

De acordo com Oliveira e Silva (2011), a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em Pequim no ano de 1995, colocou na pauta internacional e global o tema. Chegou-se à conclusão que os governantes deveriam dar a máxima atenção à situação das mulheres em níveis nacional e internacional ou nos lugares em que se elas encontrassem.

Pinto (2012), sobre a presença da mulher de hoje no movimento da política, ressalta que não basta só declarar que a mulher tem também possibilidades de interferir na questão política de hoje, mas que elas podem – e devem - ocupar posições essenciais e, por meio destes poderes, atingir a sua libertação.

Brenes (2013) considera que existe uma masculinização do âmbito político, podendo ser considerado como um dos principais fatores limitantes à participação das mulheres. Um ambiente composto por homens leva estes a escolherem outros como candidatos e preferirem as habilidades já conhecidas, por as considerarem mais competitivas. Sendo assim, muitas mulheres continuam reproduzindo padrões políticos e ideológicos masculinos e perdem seu foco de gênero. Isso gera um obstáculo duplo para as mulheres: chegar ao poder e se manter nele. Os recursos econômicos, os salários, o trabalho doméstico não remunerado, o desemprego, a perseguição política e a violência sofrida pelas mulheres no poder também são fatores importantes que restringem a participação política das mulheres.

De acordo com documentos do Governo do Timor- Leste (2010, p.2), a mulher tem adquirido direitos significativos, sejam eles,

Desde a restauração da independência em 2002, Timor-Leste tem registado progressos positivos no que se refere à garantia da igualdade entre os gêneros. Timor-Leste ratificou a Convenção da CEDAW em Abril de 2003, tendo o Governo apresentado o seu Relatório Inicial da CEDAW em 2009, na cidade de Nova Iorque. Apesar de ser uma Nação ainda muito jovem, Timor-Leste já incluiu no seu Governo a Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade (SEPI), Estabelecida por Decreto-Lei em 2008, com mandato para fortalecer os direitos. Das mulheres e a igualdade entre os géneros. Alguns dos passos significativos incluem a assinatura da Declaração de Díli a 8 de Março de 2008 por parte do Governo, do Parlamento Nacional, da sociedade civil e

das igrejas a favor da igualdade entre os géneros, a nomeação de Pontos Focais de Géneros entretanto institucionalizados a nível de ministério e distrito, o Estabelecimento de mecanismos de coordenação e a aprovação da primeira lei de Violência Doméstica de Timor-Leste em Maio deste ano, com acesso através da lei a assistência médica de emergência, abrigo e serviços de apoio legal e psicossocial. A eleição da Sra. Pires para o Comité da CEDAW vem dar mais uma oportunidade a Timor-Leste para ter uma voz no palco internacional, podendo assim oferecer uma perspectiva timorense e beneficiar da experiência internacional ao nível dos direitos das mulheres. No dia 28 de Junho, em Nova Iorque, Maria Helena Pires foi eleita como uma de 23 peritas para servir no comité da CEDAW, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Foram eleitas doze peritas para substituir membros que terminavam as suas nomeações, devendo a Sra. Pires iniciar o seu mandato, de quatro anos, no dia 1 de Janeiro de 2011. O comité, estabelecido em 1982, acompanha o progresso das mulheres nos 186 países que ratificaram a Convenção das Nações Unidas de 1979 sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Estas conquistas foram importantes para as mulheres timorenses, pois com o governo e os órgãos competentes ao lado da luta dos movimentos sociais relacionados a lutas femininas - e uma maior inserção delas em cargos políticos e públicos –, percebe-se o empoderamento de mulheres em diversos setores do país. Nesse sentido, Timor-Leste, a seu modo e a partir de sua própria singularidade cultural e histórica, no que se refere à igualdade de género, ainda que tenha muito a avançar, dá clara mostra de adesão a um debate internacional sobre direitos à igualdade do qual as mulheres (incluindo as timorenses) são agentes fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar do tema da inserção da mulher na política do Timor-Leste é importante de diversos modos. No contexto acadêmico, a discussão sobre o papel de gênero nas Relações Internacionais vem ganhando espaço nas discussões e debates dos teóricos e de governos de muitos países; no movimento mundial, em que a mulher se insere em lutas por igualdade de direitos perante a sociedade; e no âmbito pessoal, porque faz parte da minha história, da história da minha família e do meu país.

A escolha desse objeto de pesquisa teve como ponto de partida a trajetória do Timor-Leste, desde a sua colonização, cuja marca principal foi a interferência externa de outros países sobre si e, paralelamente, a luta pelo direito de constituir-se como um país democrático e soberano. Os timorenses foram impulsionados a adotar políticas em prol das mulheres a partir da atuação política delas antes e após a independência do país, já que durante anos, por questões de tradição cultural, eram impossibilitadas de participarem da política e de decisões importantes no país.

De acordo com o que foi apresentado, o conhecido Terceiro Debate das Relações Internacionais impulsionou alguns (mas) autores (as) a repensarem o papel da mulher na Sociedade Internacional, desmistificando a imagem que se tem da mulher em sociedades consideradas patriarcais. Defende-se que os direitos e deveres devem ser igualitários para ambos os sexos em setores econômicos, políticos, educacionais, dentre outros.

O trabalho mostrou, no decorrer da exposição, a conquista das mulheres timorenses na luta pela igualdade de direitos, principalmente no setor político. Na luta pela Independência do Timor-Leste, uma mulher ganhou grande destaque no cenário internacional - Rosa Bonaparte - entre outras mulheres timorenses que resistiram através de organizações femininas, como a OPMT, para consolidarem seu poder no país.

No período da ocupação indonésia, muitas mulheres timorenses sofreram abusos sexuais, tortura, intimidação e outras formas de opressão pelos militares indonésios, perdendo também seus companheiros, filhos ou pessoas mais próximas da família. Durante a ocupação, o apoio das mulheres aos homens em luta ou com participação direta delas em confrontos constituiu esforço essencial para encarar a luta pela autodeterminação e autonomia do Timor-Leste.

Como foi visto, no ano de 2002, com a restauração da Independência, Timor-Leste passa a ser um país democrático, com maior liberdade de participação e decisões em prol dos interesses de todos da sociedade. O que não ocorria anteriormente quando a Indonésia e

Portugal tinham o domínio da região e a população não podia exercer seus direitos de cidadãos. Com a elaboração da Constituição da República do Timor-Leste, foi assegurado o direito e a participação da mulher timorense no contexto histórico e social da região. Assim, norteadas pela ideia de empoderamento a partir de sua independência, as mulheres puderam participar efetivamente tanto no âmbito executivo quanto no legislativo e, ainda, se candidatarem a cargos políticos e de representatividade no governo.

Além de mulheres serem nomeadas como administradoras, chefes dos sucos e chefes das aldeias, para atender às necessidades do governo, algumas atuam como empresárias e comerciantes, que ajudam a desenvolver melhor a economia da família e do país; outras criam organizações de mulheres para defender o direito da mulher e de igualdade de gênero, lutando contra a discriminação de gênero na sociedade em Timor-Leste.

Percebe-se que diante da discussão apresentada por esse trabalho, o papel político exercido pelas mulheres, em diferentes períodos históricos, foi fundamental para a adoção de políticas em prol de seus direitos e interesses numa sociedade patriarcal, como é o caso do Timor Leste. Muitas mulheres passaram a assumir uma nova identidade social, que foi construída através de muito esforço e busca por uma melhor qualidade de vida para as suas famílias, tendo que superar as influências da tradição cultural, bem como o preconceito e as diferentes formas de violência a que foram submetidas.

No ano de 2018, em Timor-Leste, já se pode verificar uma relação menos preconceituosa entre os principais representantes de governo na questão da igualdade de gênero, o que vem oportunizando mulheres a exporem suas opiniões e decisões no contexto social e político – algo que só tende a se ampliar, tendo em vista as conquistas alcançadas e o empoderamento crescente que, ao assumirem determinados papéis, servem de exemplo para futuras mulheres, da próxima geração.

As propostas das mulheres timorenses estão voltadas para capacitação de outras mulheres para ocuparem cargos na política do Timor-Leste para assim lutar por seus direitos perante o governo do país. Existem capacitações para que estas saibam o real papel exercido dentro da sociedade ao qual estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Laura Soares. **A Rede Feto no Timor-Leste, Suas Inter-relações e o Papel das suas lideranças**.2010.223 p. Curso de Sociologia, Universidade Federal de Sergipe-UFS Trabalho de conclusão do curso Dissertação (Mestrado).2010. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6263/1/LAURA_SOARES_ABRANTES.pdf. >Acesso em: 22 mar. 2018

ALMEIDA, Vicente da Silva: **A participação das mulheres timorenses na vida política depois da independência (2002-2015)**.Faculdade de Letras. Universidade de Letras. Trabalho de conclusão do curso. Dissertação (Mestrado). 2017. <Disponível em:<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29695/1/ulfl236824_tm.pdf2017>.Acessoem : 27 mar. 2018.

ALBUQUERQUE, David. Esboço morfossintático do português falado em Timor-Leste.2012. Disponível em: <http://ojs.ub.gu.se/ojs/index.php/modernasprak/article/viewFile/1180/1020>>. Acesso em: 04 jul.2018.

APARICIO, Júlio.**A participação das mulheres em desenvolvimento em Timor- leste depois da independência (2002-2016)**,123, p. Faculdade de letras, Universidade de Lisboa. Trabalho conclusão do curso Dissertação (Mestrado).2017. Disponível em:<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29985/1/ulfl236831_tm.pdf .> Acesso em: 10 mar. 2018.

ARAUJO, Clara.**Teoria Política e Feminismo, Uma Década Depois**.In.Teoria Política e Feminismo/ BIROL Flávio e MIGUEL Luis Filipe (Org). Ed. Horizonte. 2012, p.243-267

BARRETO, Pacoela.**Feto Rai Timor- Mulher de Timor. Lisboa**. 1991. Disponível em: <http://amrtimor.org/docs/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=05002.120&numero_da_pagina=1>. Acesso em:20 mar. 2018.

BRENES, Graciela Incer, **Quais são as contribuições das presidentes à participação política das mulheres? Os Casos de Laura Chinchilla e Michelle Bachelet**. 2013. Disponível em: < <http://www.kas.de/wf/doc/11283-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

CAVR- TIMOR-LESTE. Comissão de acolhimento, Verdade e Reconciliação em Timor-Leste: Timor-Leste; **As Mulheres Em Conflito**. Timor-Leste. Ed. Cavr, 2003.

CAVR -TIMOR-LESTE. Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste: **Chega**. Timor-Leste, Ed. Cavr, 2005.

CUNHA, Teresa. **Sete Mulheres de Timor - Feto Timor Nain Hitu**.2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/24378330/Sete_Mulheres_de_Timor__Feto_Timor_Nain_Hitu> Acesso em: 12 mar. 2018.

CUNHA, João Solano: **A Questão do Timor-Leste: Origens e evolução**. 2001. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/25-Questao_de_Timor-Leste_A.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018

DURAND, Frédéric. História de Timor-Leste: **Da Pré-História à actualidade. História Timor-Leste Nian. Husipre- históriato'o atualidade.** Lisboa: Lidel. 2009.

GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Lucia: **Política Pública e Igualdade de Gênero.** São Paulo. 2004. Ed. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: 10 mar.2018

GUTERRES, Fatima: **Timor Paraíso Violentado.** Lisboa: Ed.Lidel,2014.

HANSEN, Laura. Ontologies, epistemologies, methodologies. In: SHEPHERD, Laura. (org.) **Gender Matters in Global Politics: A feminist introduction to International Relations.** London;New York: Routledge, p. 14-23, 2010.

ISQUERDO, Larissa, Bozza. Pensando o gênero nas Relações Internacionais. 2012. Disponível em:< <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf> >. Acesso em: 01 mar .2018

JUNIOR, Raimundo Batista dos Santos & SANDES, Vitor. **Gênero e Política:** In. Relações Internacionais a questão de Gênero/ OLIVEIRA, Odete Maria (Org). Ijuí: Ed. UNIJUI,2011

MONTE, Isidora Xavier do. O Debate e os debates: abordagens Feministas para Relações Internacionais, 2013. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100004/24640>>. Acesso em: 10 fev. 2018

NOGUEIRA, João Pontes&MESSARI, Nizer.*Teoria das relações internacionais :correntes e debates.*Rio de Janeiro: Elsevier,2005.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais a Questão de Gênero.** Rio Grande do Sul, Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 2011.

OLIVEIRA, Odete Maria; SILVA, Andréia Rosenir. **Gênero como possível ator das Relações Internacionais.** In. Relações \internacionais a Questão de gênero./OLIVEIRA , Odete Maria (org). Rio Grande do Sul, Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 2011, p.23-80

ONU.**Declaração da Plataforma de Pequim.** IV Conferência Mundial da Mulher de 1995. In: Instrumentos internacionais de direitos das mulheres/Heloísa Frossard (Org) . Secretaria de Políticas para as mulheres, Paraná,2006.

ORTNER, Sheny, Whitehead, Haniet. **Sexual reanings:** the culture construtuction of gender and sexuality.London: Cambridge Universiy Press, 1981.

PAIVA, Isidora Campregher. **A Escola nas Relações Internacionais:** Bases Teóricas Metodológicas. 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116329/000956559.pdf?sequence=1.>> Acesso em: 17 fev. 2018

PINTO, Célia Regina Jardim: **Feminismo, História e Poder**. In. Teoria Política e Feminismo Biroli Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (Org). Belo Horizonte: Ed.Horizonte, 2012.

PUREZA, José Manuel. Quem salvou Timor-Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário. 2001. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/timor.html> .> Acesso em: 02 jul. 2018.

REBELO, Tamyá Rocha. **Lentes de Gênero para as missões de paz**: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas geneficadas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

SANT'ANNA, Sílvio L. **Timor-Leste: Este País Quer Ser Livre**, São Paulo: Ed. Martin Claret, 1997.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Vol. 91, n.5, 1986, pp. 1053-1075.

SCOOT, J.W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, POA, v.16, n. 2,1990.

SCOOT. J.W. O Enigma da Igualdade. **Estudos Feministas**, vol.13, n.1, 2005,pp. 11-30.

SILVA, Kelly Cristiane. **As Nações Desunidas**: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SILVA, Kelly Cristiane; SIMIÃO, Daniel Schroeder. **Timor-Leste por trás do palco**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SILVEIRA, Sara. **Políticas públicas de equidad de género en el trabajo en los países del Cono Sur**. In.: Aguirre, R.; Batthayány, K. Trabajo, género y ciudadanía em los países del Cono Sur. Montevideo: Citenfor, 2001.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. **As donas da palavra**: Gênero, Justiça e a invenção Doméstica em Timor-Leste. Brasília: Ed. UNB, 2015.

SOTO, Raiana Moraes. As estratégias de gênero nas missões de paz da ONU: um olhar sobre o Timor-Leste. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/10331/1/PDF%20-%20Raianna%20Moraes%20Soto.pdf>>. Acesso em: 13 Mar.2018

____TIMOR-LESTE: **Composição do VII Governo Constitucional**. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=13>>. Acesso em: 04 mar. 2018

TIMOR-LESTE: **É preciso reforçar a participação das mulheres de Timor-Leste na vida económica**. Disponível em <<http://timor-leste.gov.tl/?p=16181&n=1>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

TIMOR-LESTE: **Secretaria do Conselho de Ministros e Porta Voz Oficial do Governo** Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/06/TL-congratula->

Milena-Pires-pela-sua-elei%C3%A7%C3%A3o-para-o-Comit%C3%A9-da-CEDAW-29.6.10.pdf>. Acesso em: 18 de mai. 2018.

TIMOR-LESTE: **Constituição da República Democrática de Timor-Leste**. 2010 Disponível em :< timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf> . Acesso em: 15 mai. 2018.

TIMOR-LESTE: **Divisões Administrativas**. Disponível em:< http://timor-leste.gov.tl/?p=33&lang=pt> . Acesso em: 20 de mai. 2018.

TIMOR-LESTE: **Decreto lei N.º 16/2008**.

Disponível em:<http://mj.gov.tl/jornal/lawsTL/RDTL-Law/RDTL-Decree-Laws-P/1a%20Altera%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Decreto-Lei%20No.16 2008,%20de%204%20de%20Junho,%20que%20aprovou%20a%20organica%20da%20Searia > . Acesso em: 20 abr . 2018

TIMOR-LESTE: **Mapa Geográfico**. Disponível em:<:https://pt.wikipedia.org/wiki/Timor-Leste>. Acesso em: 28 abr .2018.

TIMOR-LESTE,MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA: Eleições Presidenciais e Legislativas, 2017. Disponível em:<https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/moe_ue_declaracao_preliminar_0.pdf>. Acesso em: 08 abr 2018..

TIMOR-LESTE: Informação sobre Grupo das Mulheres Parlamento Timor-Leste (GMPTL). Disponível em:<https://www.parlamento.tl/fpn/pt/info.gmptl.php>. Acesso em: 15 de mar. 2018.

WALBY, Sylvia. “A Mulher e a Nação”. In: GOPAL, Balakrishnan (Org). Um mapa da Questão Nacional. 1º edição. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Cap. 10, p. 249-270

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and International Relations**. Londres: Macmillan Press, 1994.

WOODHOUSE, Tom, RAMSBOTHAM, Oliver. Cosmopolitan Pescekeeping and the Globalization of Security. **International Peacekeeping**, vol 2, n.2, 2005.